

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 05/09/2019	Caderno: Notícias



Quinta, 05 de Setembro de 2019 - 00:00

Sesab diz que dívida de Feira no Consórcio de Saúde já ultrapassa R\$ 1 milhão

por **Bruno Leite**



A Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (Sesab) apontou que o município de Feira de Santana estaria com um débito superior a R\$ 1 milhão junto ao Consórcio Público Interfederativo de Saúde do Portal do Sertão. Segundo a pasta, o valor devido por Feira seria referente a 16 meses de atendimento e a situação estaria "sobrecarregando" os pequenos municípios da região.

A informação foi dada pelo órgão ao Bahia Notícias dias depois de declarações do prefeito da cidade, Colbert Martins (MDB), em uma rádio da cidade. Na ocasião ele afirmou que a administração estadual estaria em dívida com os repasses do Serviço Médico de Urgência (Samu) e do Programa Saúde da Família (PSF).

A troca de acusações entre Colbert e o governo foi desencadeada após o governador Rui Costa (PT) afirmar, na última visita à Feira de Santana, na sexta-feira (30), que não estaria fazendo os repasses do convênio para conclusão do Centro de Convenções porque Feira de Santana tinha uma dívida com a Policlínica Regional. Martins ameaçou, inclusive, devolver a responsabilidade da obra do Centro, que se arrasta desde 2006, para o estado.

Procurada pela reportagem, a prefeitura de Feira de Santana confirmou, em nota, que existe uma dívida com o consórcio responsável pela gestão da Policlínica Regional, ocasionada por "conflitos contratuais". De acordo com a gestão, o valor não seria proporcional ao atendimento prestado para os pacientes da cidade. "No ano passado, a quantidade de exames feitos não era proporcional ao valor mensal cobrado à prefeitura por sua participação. O município, então, deixou de fazer o repasse por alguns meses, para que houvesse um entendimento sobre isto", alegou.

A instalação da Policlínica Regional em Feira de Santana traria ainda um benefício ao município, o recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

O equipamento, inaugurado em maio de 2018, conta com 14 micro-ônibus que fazem o transporte de pacientes da unidade de saúde para as localidades onde residem, e vice-versa. Segundo a prefeitura, esta seria uma outra questão de divergência entre as partes, além de um suposto "aluguel". "O prefeito Colbert Martins Filho também tentou negociar sobre o pagamento pelo custo de um ônibus para o transporte de pacientes das cidades consorciadas para a unidade. Como Feira de Santana é sede da Policlínica Regional, não faz sentido que o município pague por um serviço que não utiliza. Há uma despesa sobre aluguel ou manutenção da sede, mas o espaço onde se encontra o equipamento público é um imóvel próprio do Estado", justificou.

A prefeitura, no entanto, nega que ainda esteja protelando o pagamento da parte que lhe compete, honrando desde o ano passado com o compromisso feito. O valor acumulado estaria em torno de R\$ 1.298.574,41. "Nos próximos dias, será quitado o mês de julho. Agosto, cujo período encerrou há pouco, em breve também será pago", frisou.

O BN questionou à Sesab sobre a suposta cobrança de aluguel, mas a pasta não respondeu. Já sobre a cobrança do ônibus não ofertado, a secretaria indicou que seria de responsabilidade do assembleia geral do consórcio deliberar e discutir questões como esta.

O prefeito de Coração de Maria, Edimario Paim (PT), que é presidente do Consórcio Interfederativo de Saúde Portal do Sertão, apontou que o assunto da inadimplência de Feira de Santana deverá ser debatido em uma reunião realizada em breve. "Nós vamos marcar uma assembleia para resolver essa questão", disse Paim.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 04/09/2019	Caderno: Notícias



Quarta, 04 de Setembro de 2019 - 18:35

Petrobras vai encerrar atividades na Bahia e transferir funcionários, diz Sindipetro

por **Maurício Leiro**

A Petrobras terá suas atividades finalizadas na Bahia e em todo o Nordeste. É o que os funcionários da empresa e o Sindicato dos Petroleiros da Bahia revelaram ao Bahia Notícias nesta quarta-feira (4).

Segundo o diretor do Sindipetro Bahia, Radiovaldo Costa, o sindicato vem denunciando desde a posse da nova direção e do novo governo a intenção da empresa adotar medidas que sinalizam a diminuição da empresa no estado ou a saída completa.

"Tem se dado de duas formas. A Rlam foi colocada a venda, a Campus Petróleo na região de Catu, Candeias e Pojuca estão a venda, o fechamento da Fafem está em processo de paralisação, ela vai ser fechada e não vendida. Essas medidas somadas não estão integradas, mas sinalizam o tamanho da empresa", comentou o diretor.

O maior foco é a sede da Pituba, que comporta as atividades administrativas. "A empresa vai fazer outro movimento, que é transferir trabalhadores do prédio ou das unidades operacionais no ramo do petróleo. Está estimulando os funcionários a se deslocarem para outros estados, principalmente no Sudeste: Santos, Espírito Santo e Rio de Janeiro", revelou Radiovaldo.

"Na última semana foi feita uma apresentação na Pituba e em São Sebastião do Passé, para apresentar um leque de opções para os trabalhadores entenderem como será feita a transferência. Hoje temos 4 mil trabalhadores no estado e de terceirizados 15 mil [pessoas], com o plano de demissão voluntária que está aberto, com essas transferências e os desligamentos, é essa a mensagem passada", disse.

Aos funcionários já foram sugeridas algumas opções de residência e escolas para os filhos dos trabalhadores da estatal. "Eles vieram vender o Espírito Santo na Bahia, esse conjunto é um forte sinal. Estamos denunciando isso há um tempo, na nossa visão o estado da Bahia vai pagar por isso. Os empregos diretos e indiretos, as cidades onde tem contratos terceirizados, o impacto dos municípios da Bahia e a gente não sabe quantificar, mas no médio e longo prazo vai trazer um forte impacto", analisou.

O Nordeste deve ser atingido em mais estados com a medida. "A venda das unidades não é uma medida econômica, financeira, nada justifica, pois isso acontece em todos os estados do Nordeste. A prioridade da direção é o Nordeste, em Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, é um estímulo para a empresa sair da região", disse Costa.

Procurada pelo Bahia Notícias, a assessoria de imprensa da Petrobras não confirmou as medidas e disse que não tem ciência dos fatos.

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR COM JÚLIA VIGNÉ

 jairo.junior@redebahia.com.br

 @satelite

●● Absurdo vir a público para defender a suspensão de aulas por conta da colheita e dizer que é para diminuir a evasão escolar. O governador quer mesmo é incentivar o trabalho infantil Targino Machado

Deputado do DEM e líder da oposição na Assembleia, ao criticar fala de Rui Costa (PT) sobre a flexibilização dos horários de aula em escolas da zona rural para que alunos ajudem os pais nos períodos de colheita

Fuga de milhões

Antecipada pela Satélite em 13 de junho e prestes a ser anunciada pela Petrobras, a desativação da sede da estatal em Salvador provocará perdas estimadas em pelo menos R\$ 15 milhões por ano aos cofres do município. A soma se refere apenas ao ISS atualmente arrecadado pela prefeitura sobre serviços da Petrobras, de acordo com dados fornecidos por servidores que atuam na área tributária da companhia na capital. A extinção da sede instalada em um famoso edifício da Avenida Magalhães Neto, a Torre da Pituba, será o ápice do plano da estatal para reduzir sua presença na Bahia, pacote que inclui a hibernação da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (Fafen) e a venda da Refinaria Landulpho Alves (Rlam).

POR TABELA

A decisão da estatal causará prejuízos também ao fundo de previdência da Petrobras, dono da Torre da Pituba, alvo da Lava Jato por suspeita de superfaturamento e repasse de propina. Foi o Petros quem bancou a obra, sob a justificativa de que o retorno do investimento viria do aluguel cobrado da Petrobras pelo uso do edifício.

Êxodo à vista

Além de concentrar os setores administrativos da companhia no estado, a sede da capital abriga o Centro de Operações Financeiras (Cofip), unidade que comanda toda a área de finanças da Petrobras no país. Ao todo, trabalham na Torre da Pituba cerca de 2,5 mil funcionários, entre servidores de carreira e terceirizados, a maioria ameaçada de transferência ou demissão.

Panela de pressão

A dificuldade para acessar o Sistema de Recursos Humanos do Estado (RH Bahia) levou o presidente do TCE, Gildásio Penedo, a apertar o secretário estadual da Administração, Edelvino Góes. Ontem, Penedo avisou a Góes que o tribunal de contas não consegue informações de gastos do governo com pessoal na base de dados RH Bahia. O secretário garantiu resolver até novembro.

Tiro de largada

A pouco mais de dois meses para a eleição do novo presidente do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ), três desembargadores já surgem no páreo pelo cargo: José Olegário Monção Caldas, Lourival Trindade e Maria das Graças Osório.

Choque frontal

Cacá Leão e Niltinho, respectivamente, deputados federal e estadual do PP, entraram em rota de colisão sobre os planos do partido para a sucessão de 2020 na Bahia. Enquanto o segundo reivindica poder para construir alianças e montar candidaturas próprias em Salvador e Região Metropolitana, o primeiro não abre mão de controlar as costuras do PP sobre a disputa na capital e cidades do entorno.

Trio dos infieis

Três parlamentares da bancada baiana na Câmara dos Deputados deixaram seus partidos na votação do projeto de lei que afrouxa punições e regras eleitorais, aprovado anteriormente. Embora a orientação fosse outra, Uldurico Júnior (Pros) e Charles Fernandes (PSD) votaram contra; Dayane Pimentel (PSL), a favor.

Tribuna

Nordeste teme medida que amplia importação de etanol sem tarifa



BBC NEWS

A decisão do governo brasileiro de aumentar o volume de etanol que pode ser importado pelo país com isenção de tarifa divide representantes do sucroalcooleiro nacional.

De um lado, a medida foi comemorada por produtores do Centro-Sul e, de outro, irritou os do Norte e do Nordeste, que se mantêm apreensivos com suas consequências.

MAS POR QUÊ?

No sábado (31/08), o Ministério da Economia decidiu não só prorrogar por mais um ano a importação de etanol isenta da alíquota de 20%, como elevou a cota dos 600 milhões de li-

tros para 750 milhões de litros - a taxa passa a ser cobrada quando o volume negociado supera a cota.

Naquele dia, expirava o prazo de dois anos da tarifa aplicada pelo Brasil sobre o biocombustível adquirido no exterior para um volume acima de uma cota trimestral de 150 milhões de litros.

A nova cota foi discutida pela pasta, em conjunto com os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e das Relações Exteriores.

Havia também a possibilidade de o governo brasileiro zerar as tarifas para todo o etanol importado, o que preocupava a indústria e não aconteceu.

A medida atendeu prin-

cipalmente aos interesses dos americanos, os maiores exportadores ao Brasil de etanol, produzido a partir do milho - segundo dados oficiais, 99,7% do etanol importado pelo Brasil vem dos EUA.

Desde 2016, o Brasil é o país que mais compra etanol americano.

A expectativa dos produtores brasileiros era de que o governo americano liberasse seu mercado de açúcar, um dos mais protegidos do mundo, mas não houve essa contrapartida por enquanto.

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, chegou a comemorar no Twitter a facilitação da entrada do produto americano no mercado brasileiro. Depois,

apagou o tuit.

Em nota, a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), que representa as usinas do centro-sul do Brasil, disse que a medida foi uma "grande vitória".

"Embora fosse importante para o Brasil realizar um gesto em favor da abertura comercial com os EUA, com quem buscamos um amplo acordo de livre comércio, isso não poderia ser feito sem uma contrapartida para o açúcar brasileiro", afirmou.

Segundo a entidade, o governo brasileiro "foi capaz de conciliar a liberdade econômica e a garantia da competitividade brasileira na produção sucroenergética".

Mas os produtores do Nordeste brasileiro não reagiram da mesma forma.

Veículo: O Globo	Online
Data: 05/08/2019	Coluna: Economia

O GLOBO

Reforma avança no Senado, com economia de R\$ 962 bi

CCJ aceita texto aprovado na Câmara e PEC paralela proposta por Tasso



Sinal verde. Relatório aprovado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado inclui benefício especial para crianças em situação de pobreza e alíquota de contribuição para trabalhador informal

A CCJ do Senado acatou o texto da reformada Previdência recebido da Câmara e a PEC paralela, que inclui estados e municípios e prevê aumento da arrecadação com contribuição previdenciária. O relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE), fez mudanças na proposta aprovada pelos deputados que asseguram economia de R\$ 870 bilhões em dez anos. Se a PEC paralela passar, o valor irá a R\$ 962 bilhões. Em relatório preliminar, ele previa economia de R\$ 990 bilhões. A redução se deve a alterações para agradar a MDB e oposição.

A reforma da Previdência avançou ontem no Senado e seguirá para o plenário. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) deu sinal verde para o texto que havia sido aprovado na Câmara dos Deputados e aceitou a apresentação da proposta de emenda constitucional (PEC) paralela, que inclui estados e municípios na reforma que altera as regras de aposentadoria. As mudanças feitas pelo relator, Tasso Jereissati (PSDBCE), asseguram economia de R\$ 870 bilhões em dez anos no texto que já havia sido aprovado na Câmara. Caso a PEC paralela seja aprovada, o ganho fiscal para a União chegará a R\$ 962 bilhões, com o aumento da arrecadação com contribuição previdenciária.

Caso a estratégia de Tasso dê certo, a economia com a reforma pode se aproximar do patamar almejado pela equipe econômica, que buscava levantar R\$ 1 trilhão em dez anos. O texto que saiu da Câmara assegurava ganho de R\$ 933,5 bilhões. A primeira proposta de Tasso era mais ambiciosa e previa patamar de R\$ 990 bilhões. O relator, porém, fez modificações para agradar a parlamentares, sobretudo do MDB e da oposição, a fim de ganhar apoio para que a PEC paralela avance não só no Senado, como na Câmara.

Caso todos os estados aderissem à proposta, haveria economia potencial demais R\$ 350 bilhões, mas o montante não afeta a União.

O relator acatou, por exemplo, emenda da deputada Tabata Amaral (PDT-SP), endossada pelo senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), que prevê benefício especial para criança sem situação de pobreza e um complemento para aquelas em idade de frequentar creches. Esse benefício, que não tem caráter previdenciário, seria regulamentado em lei específica. O impacto foi calculado em R\$ 10 bilhões em dez anos.

Tasso contemplou os senadores do MDB Eduardo Braga (AM) e Renan Calheiros (AL) e fez duas importantes modificações no texto aprovado pela Câmara. Uma suprime o ponto que permitia pensão por morte abaixo de um salário mínimo —o que desagradou à equipe econômica, devido ao impacto de R\$ 36 bilhões. Outra propõe alíquota menor de contribuição a trabalhadores informais — semelhante à de Microempreendedores Individuais(M EI).

O caminho escolhido por Tasso para evitar atrasos na tramitação do projeto, considerado prioritário pelo governo de Jair Bolsonaro, foi dividir seu parecer em duas etapas. Na primeira, ele trata apenas do texto aprovado na Câmara, no qual foram suprimidos alguns pontos, como na regra de pensão e no critério de renda para a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Dessa forma, seria possível manter a espinha dorsal da proposta aprovada pelos deputados, o que viabiliza a promulgação assim que for aprovada pelo plenário do Senado. Isso poderia ocorrer em segundo turno, no dia 10 de outubro. Na segunda etapa do parecer, foram incluídas mudanças mais abrangentes, reunidas na PEC paralela, que ainda vai tramitar na Câmara.

Ontem foram apresentados oito destaques ao texto do relator, mas todos foram rejeitados. Com o resultado, a proposta principal e a PEC paralela seguem para o plenário do Senado, onde poderão receber novas emendas, com assinatura de 27 senadores.

Caso isso aconteça, no caso da P EC principal, ela retornará para a CC J, onde o relator terá 48 horas para avaliar as sugestões e, depois, deverá cumprir intervalo de cinco sessões antes de ser remetida de volta ao plenário. A PEC paralela, porém, terá de obrigatoriamente retornar para a CC J, onde será analisada sua admissibilidade. Em seguida, retornará ao plenário para votação. Esse processo pode durar uma semana, com a realização de audiências públicas.

Durante a sessão, vários senadores, sobretudo da oposição, fizeram críticas à PEC paralela e dizem que ela corre risco de ser engavetada na Câmara. O relator rebateu:

— Não considero essa PEC uma balela.

EMENDA DE PMS E BOMBEIROS

Ao fim da sessão, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), assegurou que a PEC paralela não foi tirada da cabeça do relator, mas construída “a várias mãos” com apoio do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Em acordo na semana passada, os dois prometeram votar a PEC ainda este ano:

—Há uma conversa adiantada com a Câmara dos Deputados em relação a essa P EC, que não ficará engavetada.

Técnicos da equipe econômica participaram da sessão. O secretário de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, tentou derrubar a mudança na regra da pensão, com requerimento do líder do governo do Senado, Major Olímpio(PS L SP), mas o pedido foi rejeitado.

O líder do governo conseguiu emplacar duas emendas na PEC paralela. Uma delas beneficia policiais federais, com direito à integralidade (último salário da carreira) e paridade (mesmo reajuste dos ativos) para quem acabou de ingressar na carreira (até a aprovação da proposta). A medida vai gerar impacto de R\$ 17 bilhões em dez anos, segundo consultores legislativos. Outra emenda prevê que policiais militares e bombeiros dos estados sejam enquadrados no projeto de lei que trata da previdência dos militares.

Alcolumbre afirmou que, se houver acordo, pode colocar a proposta principal em votação em primeiro turno na próxima semana. Ele, no entanto, não deu prazo para a votação da PEC paralela.

05/09/2019 - 05:00

CCJ muda regra sobre pensão e aprova reforma da Previdência

Por Marcelo Ribeiro e Edna Simão

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou ontem o texto principal da proposta de emenda constitucional (PEC) da reforma da Previdência e a chamada PEC paralela, que inclui Estados e municípios nas regras de mudanças do sistema de aposentadoria. Agora, a matéria segue para o plenário do Senado. Apesar da desidratação feita pelo relator Tasso Jereissati (PSDB-CE), a proposta vai garantir uma economia de R\$ 870 bilhões em dez anos. O texto que saiu da Câmara assegurava uma economia de R\$ 933,5 bilhões.



Tasso: relator da reforma no Senado acatou emenda que beneficia policiais

AdChoices
PUBLICIDADE
[inRead invented by Teads](#)

A principal alteração feita pelo tucano estabelece a vinculação de todas as pensões por morte ao salário mínimo, atendendo a pedido do MDB. O relator firmou o compromisso de garantir o apoio dos emedebistas à reforma. Antes da mudança, o texto previa que o benefício não poderia ficar abaixo do salário mínimo. Com a alteração, o impacto da reforma da Previdência caiu R\$ 10 bilhões em dez anos.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), afirmou que pretende fazer um acordo com os líderes para tentar aprovar o primeiro turno da PEC principal já na próxima semana - no máximo, na semana seguinte. Ele frisou que o Senado teve responsabilidade ao não mexer no texto apreciado pela Câmara e ao encaminhar ajustes em um projeto paralelo - a iniciativa foi vista como uma "cobrança" para que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) tenha o mesmo comportamento na análise da reforma paralela.

Ele acredita que, em função de negociações políticas e da boa interlocução, Maia não engavetará a PEC paralela. A oposição, por sua vez, não dá o mesmo crédito ao presidente da Câmara e apelidaram a nova proposta de "PEC da Balela" - eles não acreditam em sua aprovação pelos deputados.

O texto da PEC nº 6 foi aprovado na CCJ do Senado por 18 votos a 7. Para ter esse resultado, Tasso fez novas concessões em sua complementação de voto apresentada ontem. A perda de receita chegou a R\$ 63,5 bilhões em relação a última versão aprovada na Câmara, em agosto. Isso aconteceu porque o tucano acatou 9 das 486 emendas que foram apresentadas.

Em uma segunda rodada de concessões, Tasso acatou uma emenda que garante integralidade e paridade para policiais que entraram no serviço público até 2003, com 55 anos de idade mínima. A mudança representa um impacto de R\$ 17 bilhões em dez anos, revelam estimativas da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão ligado ao Senado.

Com a nova versão, o impacto fiscal total da aprovação do texto principal e da PEC paralela chega a R\$ 1,295 bilhão em dez anos, sendo R\$ 945 bilhões para a União, com impacto potencial de R\$ 350 bilhões para os Estados e municípios. No âmbito que considera apenas a PEC da reforma da Previdência - sem a PEC paralela, o impacto é de R\$ 870 bilhões em dez

anos. Segundo fontes, o secretário especial da Previdência, Rogério Marinho, não teria escondido o descontentamento pela nova redução do impacto fiscal.

Tasso também retirou a possibilidade de cobrar alíquota previdenciária sobre os benefícios de anistiados políticos e a previsão de que essas indenizações não poderiam ser maiores que o teto do INSS (R\$ 5.839,45). A mudança tem impacto inferior a R\$ 1 bilhão em dez anos. O tucano acolheu ainda uma emenda que representa uma proteção aos trabalhadores informais, como entregadores de serviços por aplicativo, e de baixa renda. A categoria, com a mudança, terá direito ao sistema especial de inclusão previdenciária, que hoje atende, por exemplo, aos microempreendedores individuais (MEI). O relator acatou também emenda que inclui na reforma ex-parlamentares que foram inscritos no Plano de Seguridade Social dos Congressistas (PSSC), o plano de aposentadoria dos políticos, mas que não solicitaram o benefício.

No caso da PEC paralela, o texto foi aprovado por unanimidade. Mas também houve redução da economia esperada. Com os ajustes, o impacto negativo nas contas será de R\$ 45,3 bilhões em dez anos. Quando chegar no plenário, os senadores poderão apresentar emendas ao texto e, após cinco sessões de debate, o texto retornará a CCJ para que a admissibilidade do texto seja votado. O acordo foi feito para ganhar tempo de tramitação.

A TARDE

O jornal de toda Bahia

MUDANÇAS Em estratégia, texto-base é apreciado e segue agora ao plenário

CCJ aprova reforma da Previdência no Senado

DANIEL WETERMAN, EDUARDO RODRIGUES E MARCELO BRANDÃO
Estadão Conteúdo e Agência Brasil, Brasília

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou ontem o relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) sobre a reforma da Previdência. Esse foi o primeiro teste do texto da re-

forma no Senado. A Comissão analisa agora aval para a PEC paralela e envio de texto ao Plenário. Depois, a proposta precisará ter a aprovação de ao menos 49 dos 81 senadores no plenário da Casa, em dois turnos de votação.

Dos oito destaques apresentados pelos senadores, apenas um foi aprovado por votação simbólica: a emenda 483 que determina que a pensão por morte não possa ser inferior a um salário mínimo (hoje em R\$ 998). Essa mudança já contava com parecer favorável de Tasso e é considerada a principal alteração do relatório.

Segundo apurou o Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, a medida só foi possível graças ao apoio do MDB, que custou R\$ 32 bilhões em de-

Texto proposto precisa agora de, ao menos, 49 dos 81 senadores

sidratação no texto.

O texto aprovado pela Câmara garantia uma economia de R\$ 933,5 bilhões em dez anos, segundo o Ministério da Economia. Mas o relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), fez mudanças que reduziram o impacto da reforma para os cofres públicos para R\$ 870 bilhões.

Além disso, os senadores fecharam um acordo para acelerar a tramitação da PEC paralela da Previdência, que, entre outras medidas, inclui estados e municípios na reforma.

Tramitação

A estratégia acelera o andamento da proposta em pelo menos 30 dias se comparado com uma tramitação normal, em que o texto come-

**Votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) foi primeiro teste no Senado**

caria a ser discutido. A tentativa de governistas é fazer com que a PEC paralela seja votada nos mesmos prazos da reforma principal, cujas votações no plenário estão previstas para 24 de setembro (1º turno) e 10 de outubro (2º turno).

Após chegar ao plenário, tanto o texto principal quanto à PEC paralela poderão receber emendas. Essas emendas serão direcionadas novamente à CCJ para o relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE), se posicionarem antes do primeiro e do segundo turno no plenário.

Depois de receber quase 500 emendas, sugestões de alterações ao texto, Jereissati fez novas supressões e ajustes de redação na proposta já votada pelos deputados. Nenhuma delas im-

plicará a volta do texto para análise dos deputados.

Pontos aprovados

Além de excluir da proposta de emenda à Constituição (PEC) o critério previsto em lei para recebimento do benefício de prestação continuada (BPC), renda per capita de um quarto do salário mínimo, e de retirar do texto a elevação dos pontos (soma de idade mínima e tempo de contribuição) necessários em regra de transição para aposentadoria de profissionais hoje expostos a condições insalubres, Tasso retirou da proposta a parte que trata da pensão por morte. Dessa maneira, em tais casos, continuam valendo as regras atuais, pelas quais nenhum benefício será inferior a um salário mínimo.

A equipe econômica foi quem calculou a desidratação de R\$ 63 bilhões na economia fiscal da reforma da Previdência em dez anos após a nova versão do relatório de Jereissati. O cálculo foi informado pelo secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, para os novos números apresentados com economia caindo de R\$ 933,5 bilhões (resultado do texto aprovado na Câmara) para R\$ 870,5 bilhões.

O relator apresentou alterações para compensar a perda, mas que dependem da aprovação da proposta paralela. Com a PEC paralela, a economia sobe para R\$ 962 bilhões, de acordo com Tasso Jereissati, e para R\$ 1,312 trilhão com a inclusão de estados e municípios.

Marcos Oliveira (Ag. Senado) / Divulgação

PRINCIPAIS ITENS DA PROPOSTA

IDADE MÍNIMA DE APOSENTADORIA 65 anos para homens e 62 anos para mulheres

IDADE MÍNIMA DE APOSENTADORIA PARA PROFESSORES 57 anos para mulheres e 60 anos para homens

IDADE MÍNIMA DE APOSENTADORIA NA ZONA RURAL 55 anos para mulheres e 60 anos para homens

TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO NO SETOR PRIVADO 15 anos para mulheres e 20 anos para homens (15 anos para homens já no mercado de trabalho)

TEMPO MÍNIMO DE CONTRIBUIÇÃO PARA SETOR PÚBLICO 25 anos para homens e mulheres

POLICIAIS FEDERAIS, LEGISLATIVOS, CIVIS DO DF E AGENTES PENITENCIÁRIOS

Idade mínima de 55 anos para homens e mulheres poderem se aposentar

REGRAS DE TRANSIÇÃO A

transição prevê um sistema de pontos (soma da idade com o tempo de contribuição), que vai aumentando ano a ano a partir de 2020. O relator retira esse aumento de um ponto por ano na transição, mantendo fixo o total de pontos necessários

Mais uma etapa vencida

Das agências

REPORTAGEM
redacao@correio24horas.com.br

Reforma da previdência é aprovada pela CCJ do Senado

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou ontem o relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) sobre a reforma da Previdência. A CCJ Também deu aval à PEC paralela, que entre outras medidas impõe as mesmas regras da reforma aos regimes previdenciários de estados e municípios. Esse foi o primeiro teste do texto da reforma no Senado. Agora, a medida precisará ter a aprovação de ao menos 49 dos 81 senadores no plenário da Casa, em dois turnos de votação. A reforma da previdência é a principal medida econômica do governo Jair Bolsonaro e considerada essencial para garantir o equilíbrio fiscal e a retomada da economia do país.

Segundo a presidente da CCI, Simone Tebet (MDB-



Senadores Simone Tebet e Tasso Jereissati comandaram votação de ontem. Medida segue para o Plenário

MS), as duas propostas serão enviadas ao plenário do Senado ao mesmo tempo. As PECs, contudo, passam a ter uma tramitação um pouco distinta depois disso. De acordo com a senadora, se o plenário da Casa aprovar o texto principal, em dois turnos, no dia 10 de outubro, "nada impede" que a PEC paralela seja aprovada até o final de outubro.

"Se aprovamos a [PEC principal da] reforma da Previdência pelo calendário oficial dos líderes no dia 10 de outubro, nada impede que, até o final de outubro, nós tenhamos também a PEC paralela aprovada, caso essa seja a vontade da maioria dos líderes", disse Tebet.

Se aprovada pelo plenário do Senado, o texto da reforma da previdência segue para ser sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro. Já a PEC Paralela terá destino diferente. Uma vez aprovada pelos senadores, ela terá de ser apreciada pelos deputados antes de ser enviada para sanção presidencial.

DESTAQUES

Dos 8 destaques apresentados pelos senadores, apenas um foi aprovado por votação simbólica: a emenda 483 que determina que a pensão por morte não possa ser inferior a um salário mínimo (hoje em R\$ 998). Essa mudança já contava com parecer favorável de Tasso Jereissati e é considerada a principal alteração do relatório.

A medida só foi possível graças ao apoio do MDB e acabou custando R\$ 32 bilhões a menos de economia em relação ao projeto que foi aprovado na Câmara dos Deputados, que garantia uma economia total de R\$ 933,5 bilhões em dez anos, segundo as contas do Ministério da Economia. O relator da proposta no Senado fez mudanças que reduziram o impacto da reforma para uma economia de R\$ 870 bilhões em uma década.

Apesar do descontentamento da equipe econômica, o cálculo político prevaleceu sobre o econômico. O apoio do MDB é tido como crucial numa Casa mais pulverizada que em anos anteriores. A legenda tem sozinho 13 dos 81 votos do plenário. Se o acordo for honrado, o partido vai garantir sozinho um quarto do quórum de 49 senadores necessário para aprovar uma mudança constitucional.

Jereissati atendeu às condições colocadas pelo MDB para o partido apoiar a reforma. Eram duas emendas: uma do líder do partido no Senado, Eduardo Braga (AM), e outra do ex-presidente da Casa, Renan Calheiros (MDB-AL). A de Braga é a que eliminou do texto qualquer

PREFEITURA MUNICIPAL MACAÚBAS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2019. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE cartão, toner e contêiner, e CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE limpeza de toner e cartucho destinados a suprir demandas dos órgãos desta Prefeitura Municipal. Valor R\$ 162.735,76. Tipo de julgamento: Menor Preço. Horário Início: Recebimento das Propostas e Sessão: 09:00h de 23/09/2019 (horário local). Edital: [**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCURI**
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº PR35-2019-1. Tomada pública objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de materiais de eletônicos, a fim de atender as necessidades da Secretaria requisitante deste município, conforme termo de referência anexo a este edital e demais condições, dia 18/09/2019, 09:00h, email: licitacao@mucuri.ba.gov.br - José Carlos Simões - Prefeito Municipal.](http://www.tombad.org.br/PORTAL/MUNICIPIO/bastimmacaubas/bastimacaubas.ba.gov.br/licitacoes ou na Prefeitura. Informações: (77) 98105-9098 ou licitacao@macaubas.ba.gov.br. Macaubas/BA, 04 de setembro de 2019. NOELMA GASTOS FERREIRA NOVAIS - Pregoeira</p></div>
<div data-bbox=)

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DA ESTIVA
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 038/2019. A Prefeitura Municipal de Barra da Estiva torna público o Pregão Presencial SRP Nº 038/2019 - registro de preços para aquisição de frutas, legumes e verduras para atender à Merenda Escolar e às Secretarias. Informações na Prefeitura - Av. Dr. João Moisés de Oliveira, nº 01 - Centro, através do e-mail: licitacao@barra2017@gmail.com ou tel: 77 3450-1616. Abertura dia 17 de setembro de 2019 às 10:00 hs. Barra da Estiva - Bahia, 04 de setembro de 2019. Dalana Oliveira Pires da Silva - Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATU
PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2019FS. AVISO DE ABERTURA. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº144/2019FS - Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) CADEIRA PARA EXAMES, A SER UTILIZADA NA SALA DE ULTRASSONOGRAFIA NO AMBULATORIO MUNICIPAL. Abertura: 16/09/2019 às 09:00 h. Edital/Informações: sala do COPEL/SMS, Rua Getúlio Vargas, s/nº, Prédio da Sec. de Saúde - Centro Administrativo, Bairro Boa Vista. Fone: (71) 3641-7100. Email: saudecatu@hoi.com.br. Vagner Paiva dos Santos Souza - Pregoeiro da SMS, Catu, 03 de Setembro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ (BA)
AVISO DE LICITAÇÃO [PREGÃO PRESENCIAL Nº 075/2019] - O Fundo Municipal de Educação através da Comissão de Pregão da Prefeitura torna público a licitação, objeto: Prestação de serviços de locação de máquinas copiadoras, tipo multinacional, para atender as demandas das Unidades Escolares de Vera Cruz de grande porte, do Fundo Municipal de Educação de Vera Cruz e Casa dos Conselhos. Abertura: 20/09/2019, às 13hs. Edital: COPEL, das 09:30min às 14h30min, ou através do site de transparência <http://www.veracruz.ba.gov.br/transparencia> ou em: licitacao@veracruz@gmail.com. André Epifânio de Oliveira - Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROCAS
AVISO DE LICITAÇÃO. O Pregoeiro torna público aos interessados que, realizar-se-á a licitação: Processo Administrativo 01/04/2019 Modalidade Pregão Presencial Nº 003/2019, Tipo Menor Preço por Lote - OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de material didático e pedagógico para atender a rede básica do ensino infantil, nas creches do Município de Barrocas - BA. Data da Abertura: 16/09/2019, às 09:00hs. Informações e retirada do Edital de Licitação, na Prefeitura Municipal de Barrocas, na Av. ACM, nº705, Bairro Centro, das 08:00 às 12:00hs - Sirlinton Alves de Queiroz Neto - Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIS EDUARDO MAGALHÃES
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2019. A Prefeitura de Luis Eduardo Magalhães torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial nº 055/2019, objetivando o Registro de preços para aquisição de material esportivo, para uso de todas as Unidades da Rede Municipal de Educação. A sessão de abertura será no dia 18 de Setembro de 2019, às 08:30 horas (horário local), no setor de licitações e contratos, situado à Rua José Ramos de Anchieta, nº 225, Bairro Jardim Primavera, Luis Eduardo Magalhães/BA. O Edital estará disponível no seguinte site: <http://portaldatransparencia.luiseduardomagalhães.ba.gov.br/licitacoes/>. Quaisquer informações disponíveis através do e-mail: licitacao@luiseduardomagalhães.ba.gov.br pelo telefone (77) 3628-9051. Luis Eduardo Magalhães - BA, 03 de Setembro de 2019. Jimmy Vance Bezerra Campos - Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE INHAMBUPE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2019. O Pregoeiro Oficial do Município de Inhambupe torna público que às 09h00 do dia 17/09/2019, na sua sede à Praça da Bandeira - Centro Empresarial Edifício Rocha - Salas 102/104 - Centro - Inhambupe/BA, receberá propostas de preços destinadas à Registro de Preços para a aquisição de medicamentos diversos, para atender as demandas da Assistência Farmacêutica, do Hospital Municipal Dr. Antônio Carlos Magalhães, Samu, Caps, Unidade de Urgência e Emergência e das Unidades da Atenção Básica, para futuras contratações, de acordo com a conveniência e necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Inhambupe. Menor Preço por Lote. O Edital estará disponível gratuitamente no site www.doen.org.br/inhambupe. Maiores informações poderão ser obtidos com a Comissão Permanente de Licitação, das 08h00 às 12h00, pelo Fone (75) 3431-2470 ou pelo E-mail: licitacoespm18@gmail.com - Inhambupe, 04/09/2019. Lourival de Oliveira Rocha Filho - Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANAMBI
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 056-19PP-PMG
A Pregoeira da PM de GUANAMBI-BA designada através do Decreto Nº 415, de 12 de dezembro de 2018, leva ao conhecimento dos interessados, que realizará licitação em 24/09/2019 às 08h00min, em sua sede. OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresas destinadas ao fornecimento de utilidades domésticas, destinados a manutenção das Secretarias da Prefeitura Municipal de Guanambi-BA. O Edital encontra-se disponível no site: www.guanambi.ba.gov.br/licitacoes, no e-mail licitacao@guanambi.ba.gov.br e na sede da Prefeitura Municipal, maiores informações no Setor de Licitação de 07h00min às 17h00min. Fone fax: (77) 3452-312/4310 - Divulgação dos outros atos - Diário Oficial - site: www.guanambi.ba.gov.br. Rosineide Magalhães de O. Dorato - 04/09/2019 - Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 006/2019. Em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.966/93 e suas alterações, será realizado a licitação na modalidade concorrência Pública nº 006/2019, sob o regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, do tipo EXECUÇÃO INDIRETA, no dia 08/10/2019 às 09h:00 (Nove horas) - horário local, destinado a futura contratação de empresa especializada no ramo de construção civil, para a prestação de serviço de ampliação, adequação e reforma da UBS Castelinho, neste município. Aos interessados o Edital estará a disposição, junto a COPEL, situado à Rua Carlos Mostardeiro, 31 - Jardim Caraipe - Teixeira de Freitas - Bahia, das 08:00h às 12:00h, e no site <http://www.teixeiradefreitas.ba.gov.br/transparencia/>, "editais de licitações", "editais bancar". Tx. de Freitas/BA, 04 de setembro de 2019. Alan Rodrigues Pereira - Presidente CPE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRERAS
PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 014/2019. (REPÚBLICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2019). A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Barreras/ Bahia, devidamente autorizada pela Portaria Nº 327/2019, torna público para conhecimento dos interessados a licitação na modalidade Pregão Eletrônico- Nº 014/2019 (REPÚBLICAÇÃO DO PE Nº 009/2019). Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE empresa(s) especializada(s) no fornecimento de plataforma digital com ecossistema formado por jogos e aplicativos interativos e multidisciplinares, e materiais didáticos educacionais ludopedagógicos e recreativos formados por jogos. Sessão de Abertura: 17/09/2019 às 10:00 horas. O Edital poderá ser retirado exclusivamente no endereço eletrônico: www.licitacoes.com.br, através do Nº 783284. André Avelino de Oliveira Neto - Pregoeiro. Barreras/BA, 04 de setembro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAMIRIM
TOMADA DE PREÇOS Nº 01-2019. OBJETO: Contratação de empresa especializada na execução de serviços de pavimentação em paralelepípedos com drenagem superficial em vias públicas e urbanização de praças na Sede do Município e Distrito de Caralbas - Paramirim - Bahia. ABERTURA: 23/09/2019, às 8:30 hs, informações no Setor de Licitação das 08:00 às 12:00 hs - Cristiane de Oliveira Silva - Presidente da Comissão de Licitação. **TOMADA DE PREÇOS Nº 02-2019.** OBJETO: Contratação de empresa especializada na execução de serviços de implantação de melhorias habitacionais para o controle da doença de chagas na zona rural deste município de Paramirim - Bahia. ABERTURA: 25/09/2019, às 8:30 hs, informações no Setor de Licitação das 08:00 às 12:00 hs - Cristiane de Oliveira Silva - Presidente da Comissão de Licitação. Paramirim/BA, 04 de setembro de 2019.

possibilidade de uma pensão por morte ser inferior a um salário mínimo, ao custo de R\$ 32 bilhões para o impacto final da reforma em uma década. Já a emenda de Renan prevê a possibilidade de trabalhadores informais recolherem à Previdência Social com alíquotas favorecidas. A medida não tem impacto estimado e pode até mesmo ampliar a cobertura do regime previdenciário no País.

'JUSTO'

Em suas considerações finais, feitas após a leitura do seu relatório e antes do início da votação, Jereissati avaliou ser impossível equilibrar o que "é justo" com a questão da grave crise financeira do estado brasileiro. "Defender os mais pobres é primeiramente defender que existam recursos para Educação. Já estão ocorrendo cortes em pesquisa e nas universidades para cobrir déficit da Previdência".

Na mesma ocasião, admitiu que seu parecer aumenta despesas - ou reduz a economia com a reforma - em relação ao texto aprovado pela Câmara dos Deputados, mas argumentou que a economia de Estados e municípios na PEC Paralela mais que do compensará essa diferença.

Tasso mostrou ainda a sua tentativa de acabar com brechas e imunidades que, segundo ele, beneficiam setores ricos e poderosos com isenção de contribuição previdenciária. Ele citou a JBS como um exemplo de empresa grande que estaria livre de contribuir para a previdência. "Encontramos R\$ 150 bilhões em instituições ricas e poderosas que não contribuem para a Previdência".

O relator disse ainda que a maioria das emendas apresentadas pelos senadores são repetidas, e boa parte delas são conflitantes. "Não é nosso papel discutir lucros dos bancos, estamos discutindo Previdência. A questão da tributação de lucros e dividendos já está sendo discutida na reforma tributária", falou.

ECONOMIA

Com todas as mudanças, aprovadas na Câmara e na CCJ do Senado, o impacto de economia prevista no texto original do Executivo para a PEC 006 caiu para R\$ 870 bilhões para a União, ao longo de dez anos. A proposta original do governo enviada ao Congresso previa uma economia de R\$ 1,2 trilhão. Após alterações feitas pela Câmara dos Deputados, essa previsão caiu para R\$ 933 bilhões.

Com as sugestões sugeridas por Tasso Jereissati, o valor caiu para R\$ 870 bilhões.

O relator, por outro lado, prevê a possibilidade de economia total de R\$ 962 bilhões em dez anos para a União, se somadas as iniciativas previstas na PEC Paralela. Para estados e municípios, incluídos na PEC paralela, a economia projetada é de R\$ 350 bilhões em dez anos.

APROVADA, MAS DESIDRATADA

870 bilhões de reais é a economia prevista com o texto aprovado ontem na CCJ do Senado em 10 anos. A reforma aprovada pela Câmara previa uma economia de R\$ 933,5 bilhões no mesmo período. No texto enviado pelo Executivo ao Congresso, a economia estimada era de R\$ 1,2 trilhões.

350 bilhões de reais serão poupados em uma década com a previdência de estados e municípios caso a PEC paralela seja aprovada pelo Congresso. O texto aprovado pela Câmara não inclui esses entes federativos na reforma

O QUE O TEXTO APROVADO ONTEM MUDA

Mantém a cota de 10% de pensão por morte para ter direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC);

Elimina o aumento gradual no sistema de pontuação para aposentadoria especial para atividades de risco;

Suprime trecho para permitir que estados e municípios adotem contribuições extraordinárias à Previdência;

Exclui dispositivo que permitia pensão abaixo do salário mínimo no INSS;

Suprime regra que reduzia o direito dos anistiados políticos de acumular indenização com aposentadoria ou pensões;

Cria uma alíquota especial para os trabalhadores informais, desde que provem a condição de baixa renda;

Garante que as novas regras de Previdência atinjam não só os atuais e novos parlamentares, como também os ex-parlamentares que foram inscritos no Plano de Seguridade Social dos Congressistas (PSSC);

Reinclui estados e municípios na reforma da Previdência (PEC paralela);

Dobra a cota de 10% de pensão por morte por dependente no caso de menores de idade (PEC paralela);

Possibilita acúmulo de pensões quando existir dependente com deficiência intelectual, mental ou grave (PEC paralela);

Reduz, de 20 para 15 anos, o tempo mínimo de contribuição exigido dos homens que ingressarem no mercado de trabalho após a reforma (PEC paralela);

Cria regra de transição para servidores com deficiência (PEC paralela);

Oferece cálculo mais vantajoso na aposentadoria por incapacidade em caso de acidente (PEC paralela);

Cobra contribuição previdenciária de empresas e instituições que hoje são isentas, caso do setor agroexportador, das entidades filantrópicas (sem afetar as Santas Casas e as entidades de assistência) e das empresas optantes pelo Simples Nacional (PEC paralela);

Cria um benefício mensal à criança vivendo em situação de pobreza (PEC paralela);

Propõe que a aposentadoria por incapacidade seja de 100% em caso de incapacidade que gere deficiência ou em caso de incapacidade decorrente de doença neurodegenerativa (PEC paralela);

Cria o incidente de prevenção de litigiosidade (PEC paralela);

Reabre o prazo para opção pelo regime de previdência complementar dos servidores federais (PEC paralela);

Assegura aos policiais federais e agentes penitenciários, que tiverem ingressado na respectiva carreira até a data de entrada em vigor da nova emenda constitucional, o direito à integralidade e a paridade (PEC paralela);

Determina que, se as vantagens pecuniárias permanentes forem variáveis, o valor dessas vantagens integrará o cálculo da remuneração do servidor público no cargo efetivo, estabelecido pela média aritmética simples do indicador nos dez anos anteriores à concessão do benefício de aposentadoria, que será aplicada sobre o valor atual de referência das vantagens pecuniárias permanentes variáveis (PEC paralela).

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO COITÉ - BA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 074/2019 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 213/2019 - OBJETO: Registro de preços para eventual serviço de refil de canetas e produtos pertencentes à Folia da Administração Pública Municipal de Conceição do Coité-BA. **ABERTURA:** 17/09/2019, às 09:00h (horário local). Este aviso e o edital disponíveis no site institucional: www.conceicoadocoitaba.gov.br - portal licitacao2019 (pregão presencial2019), ou por gravação em meio magnético, junto ao Setor de Licitações, localizado à Rua Theógenes Antonio Calado, s/nº, Anexo do Terminal Rodoviário, Conceição do Coité-BA, fone (75) 3462-1328, em dias úteis, no horário comercial das 08:00 às 12:00, Conselho de Coité-BA, 04/09/2019 - Iraide Cabral Calado - Pregoeira e Presidente da CPLM/COCEIBA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IAGU - BA
FMSI - TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2019 - O MUNICÍPIO torna público, no dia 23 de setembro de 2019, às 8:30 horas na sala da Comissão de Licitação, Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de implantação de melhoria sanitários domiciliares. **Edital** no site www.iagu.ba.indsp.org.br informações na sala da comissão de licitação, das 08:00 às 12:00 horas ou através do Fone (75) 3325-3254. Adimir Nantas, Presidente da CPL, Iagu/BA, 04 de setembro de 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA
CREDECIMENTO Nº 003/2019. A Prefeitura Municipal de Itabuna, torna público que encontra-se aberto o Edital de Credenciamento para prestação de serviços referentes à LOCAÇÃO DE OUTROS PERÍODOS BI SEMANA. A documentação e as propostas serão recebidas de 05/09/2019 a 20/09/2019 das 09:00 às 15:00, na sede da Prefeitura Municipal de Itabuna, localizada na Avenida Princesa Isabel, 678, São Caetano. O edital poderá ser adquirido na Sede da Prefeitura Municipal ou através do site www.itabuna.ba.gov.br/diariooficial.html. Informações no setor de licitações ou através do e-mail: iba@bancaitabuna.com.br Conselho de Licitação - Itabuna - BA, 03 de Setembro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE REMANSO - BA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019 - Contratação de empresa para prestação de serviços médicos em regime de outorga para atender a demanda reprimida da saúde municipal com atendimento aos pacientes do SUS, conforme as disposições e as especificações contidas no termo de referência, data da Abertura 17/09/2019 às 09:30h, conforme edital que pode ser retirado no site www.remanso.ba.gov.br - Remanso - BA, 05/09/2019, Cleison Barbosa Pereira - Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEBI
CNPJ N.º 13.749.993/0001-11
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2019
 Pregão Presencial nº 016/2019, objetivando o registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios diversos, destinados a atender as demandas das diversas secretarias deste Município de Itapebi/BA, conforme especificações constantes no Edital 020/2019, que está a disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal, das 08:30 às 12:00 horas. Data de abertura: 17/09/2019, às 09h 00min. Local: Rua Otton Cachoeira Costa, 204, Centro, Itapebi-BA. Os demais atos serão publicados no Diário próprio do Município.
 Itapebi-BA, 04 de setembro de 2019 - Milton Silva de Oliveira/Pregoeiro.

CÂMARA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/PP/2019
 A Câmara Municipal de Lauro de Freitas torna público que a licitação Pregão Presencial nº 011/PP/2019 para a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de acesso a internet teve sua data de realização prorrogada do dia 05 de setembro de 2019 às 09:00 horas para o dia 18 de setembro de 2019 às 09:00 devido a alterações introduzidas no Edital de Licitação que poderá ser tratado no endereço eletrônico <http://cameralaudofreitas.ba.indsp.com.br>, ou retratado junto a Comissão de Licitações no horário das 09:00 às 12:00h, ou por meio de solicitação eletrônica através do e-mail compl@gmail.com. Lauro de Freitas, 05 de setembro de 2019. Clodoaldo Rocha dos Santos Filho (Pregoeiro).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2019. A Prefeitura Municipal de Santo Amaro - Bahia, torna público, que, em função de alterações de quantidades e especificações, em alguns itens nos Itens, o edital fora republicado com devolução de prazo, ao tempo que, informo que, receberá na COPEL, situada na Praça da Purificação, s/nº, ao lado da Laçlisa, Centro, Santo Amaro - BA, no dia 23 de setembro de 2019 às 09:30 horas, propostas devidamente lacradas para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL PENSO PARA SUPRIR A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO - BAHIA. O Edital estará disponível gratuitamente no site <https://diem.org.br/ba/santoamaroedital>. Santo Amaro - Bahia, 04 de setembro de 2019. Informações através do telefone - (75) 3241-2269. Email: licitacao2017@gmail.com. Poliana Almeida Moura - Pregoeira da Secretaria de Saúde.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO REAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 032-2019-PP - REGISTRO DE PREÇOS. A Prefeitura Municipal de Rio Real avisa aos interessados, que se encontra disponível, na Sede da Administração Municipal de segunda a sexta das 8:00 às 14:00 horas exceto feriados o Edital de Pregão Presencial nº. 032-2019-PP - Registro de Preços, objetivando o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de cestas básicas para distribuição gratuita a famílias carentes em situação de vulnerabilidade do Município de Rio Real Bahia de acordo com a Lei Municipal 681/2017. Abertura 19/09/2019 às 09:00 horas, informações: (75) 3426-1320/2182. Email: licitacaoopmrr@gmail.com, Rio Real - BA, 05 de setembro de 2019.
 Edemilson Alves de Oliveira - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHORROCHÓ
CNPJ N.º 13.915.665/0001-77
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 021/2019
 O Pregoeiro torna público aos interessados que se realizará licitação. Edital de Licitação Nº. 028/2019. Modalidade: Pregão Presencial Nº. 021/2019. Processo Licitatório Nº. 075/2019, em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/2002. Tipo: Menor Preço. Objeto: Contratação de empresa para aquisição de equipamentos de informática (projektor multimídia, caixa de som, kit microfone sem fio, notebook, desktop, impressora e câmera fotográfica), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação. Sessão de abertura: 18/09/2019 às 09:00h. Local: Centro Administrativo - Praça Cel. João Sá, nº. 695, Centro, Chorrochó-BA. Edital e informações: 075 3477-2174 das 08 às 12 horas. Alexandre Alves da Silva - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE XIQUE - BA
AVISO DE LICITAÇÃO (PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2019) - O Pregoeiro torna público a licitação, citada. Proc. Adm: 421/2019. Menor Preço Global. Objeto: Fornecedor de alimento para atender as necessidades de todas as Secretarias do Município de Xique-Xique. Abertura às 08h do dia 17/09/2019.
AVISO DE LICITAÇÃO (PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2019) - O Pregoeiro torna público a licitação, citada. Proc. Adm: 422/2019. Menor Preço Global. Objeto: Empresa especializada para aquisição de quadros brancos para atender as necessidades das Unidades Escolares do Município de Xique-Xique/Bahia. Abertura às 10hs do dia 17/09/2019. Local: Na sala de reuniões da CPL na Prefeitura, localizada na Praça Dom Máximo nº 384, Centro. Informações: (74) 3661-1536 das 08h às 12hs. Edital: Na Prefeitura, na sala da COPEL, das 08h às 12hs.
 Obedson Alves da Costa - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRAVOLÂNDIA
CNPJ N.º 13.763.396/0001-70
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2019
 O Pregoeiro realizará o Pregão Presencial nº 10/2019. OBJETO - Aquisição de equipamentos de Informática, Eletrodoméstico e Móveis, destinados as Secretarias de Saúde e Secretaria de Assistência Social, deste município. Conforme Edital. Abertura: 17/09/2019, às 8:00h. na sala de Licitações da Prefeitura, sito à Praça Lomanto Júnior nº 01, Centro, Cravolândia-BA, aquisição do Edital e informações na Prefeitura, das 08:00 às 12:00 horas. Tel. (73) 3545-2120. Cravolândia - BA, 04 de setembro de 2019 - Zenildo Torres Soares-Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2019. Abertura. A Pregoeira Oficial do Município de Alagoínhas-BA comunica aos interessados em participar da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2019 - BB Nº 783229, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS DECORATIVOS PARA EXECUÇÃO DA DECORAÇÃO NATALINA NO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS/BAHIA, que a sessão de abertura do referido certame será no dia 19/09/2019 às 10:00 horas (horário da Bahia), através do site: www.licitacoes-e.com.br. Os interessados poderão obter informações e/ou o Edital devidamente atualizado e seus anexos através do site: www.licitacoes-e.com.br e/ou www.diariooficial.org.br/ba/alagoinhas. Miores informações tel. (0xx75) 3422-8607. E-mail: licitacoes@alagoinhas.ba.gov.br. Alagoínhas-Ba, 04/09/2019. Lorena Maria Dantas Prado - Pregoeira Oficial.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 05/09/2019	Coluna: Economia



COM INCLUSÃO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS CCJ DO SENADO APROVA TEXTO DE RELATOR DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA



5 Setembro, 2019

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou ontem (4) a proposta de emenda à Constituição (PEC) da reforma da Previdência. Com a aprovação, o texto seguirá para o plenário do Senado. No plenário, a proposta será submetida a dois turnos de votação e só será aprovada se tiver os votos de pelo menos 49 dos 81 senadores nos dois turnos. De acordo com o relator Tasso Jereissati, as mudanças feitas na PEC principal foram supressões e ajustes redacionais. Por isso, caso o parecer seja mantido pelo plenário, o texto irá a promulgação sem precisar ser reanalisado pela Câmara. Assim que o texto foi aprovado, a presidente da CCJ, Simone Tebet (MDB-MS), colocou em votação a chamada PEC paralela, que prevê a adoção, por estados e municípios, das regras do regime próprio da previdência dos servidores da União, através da aprovação de lei ordinária. A CCJ aprovou o texto. Reforma da Previdência: como foram as negociações na Câmara e o que já foi aprovado.

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Governantes de mentes autoritárias gostam de estimular a confusão entre governo e pátria, procuram sequestrar os símbolos e as datas nacionais. Eles tentam transformar críticas feitas à sua administração em ataques ao país. Era assim na ditadura militar brasileira, principalmente no período mais violento da repressão aos opositores, o do general Emílio Garrastazu Médici. O sentimento de amor ao país, as alegrias com as vitórias até do futebol, os momentos cívicos eram manipulados para serem vistos como apoio ao governo. Criticar o regime era apresentado como equivalente a trair o país.

Governantes de mentes autoritárias gostam de mentir sobre o passado, alterar fatos históricos comprovados, apostando que se a mentira for repetida, se os livros forem refeitos, se houver uma versão oficial todos passarão a acreditar na narrativa falsa dos eventos. George Orwell tratou disso como literatura na obra-prima "1984". O passado insistentemente reescrito, para apagar fatos e nomes incômodos.

Bolsonaro disse que a ditadura brasileira foi nota 10 na economia. A verdade: ela deixou o

país com uma superinflação crônica e o mecanismo da correção monetária que levava os preços sempre para cima. Ainda que os índices mais altos tenham sido atingidos nos primeiros governos civis, foi a democracia que conseguiu desarmar a bomba inflacionária jogada no colo da população pela administração econômica do regime militar. Não foi a única bomba que eles deixaram: os militares endividaram o país junto a 800 bancos, e a governos estrangeiros, e deram o calote. Essa dívida foi renegociada e paga na democracia, nos governos Itamar Franco, Fernando Henrique e Lula da Silva. Houve também, na gestão de Henrique Meirelles no Banco Central, a acumulação de reservas cambiais que hoje nos permitem olhar para a Argentina

sabendo que a situação aqui é bem diferente.

O período conhecido como "milagre econômico" foi curto e o modelo era concentrador de renda. Só para se ter uma ideia do que foi deixado de lado: ao fim desse forte crescimento do PIB, em 1980, 33% das crianças de 7 a 14 anos estavam fora da escola. A universalização do ensino fundamental foi obra da democracia.

Em qualquer governo pode haver erros na condução da economia ou nas decisões sociais e políticas. E presidentes, mesmo democráticos, costumam reclamar das avaliações negativas. A diferença é que a crítica aos erros governamentais não é tratada como crime, nem traição à pátria. A ideia de que só os governistas eram patriotas era mais uma das men-

Mente autoritária e seus métodos

chelle Bachelet, querendo atingi-la no drama pessoal que viveu muito jovem ao perder o pai, um militar, torturado e morto por seus companheiros de armas. Uma dor que ela conseguiu separar da sua atuação na esfera pública. No período em que foi ministra da Defesa, e nas duas vezes em que foi presidente, não usou os poderes que teve para fazer qualquer vingança pessoal. O ataque de Bolsonaro ao pai de Bachelet foi criticado até pelo presidente do Chile, Sebastián Piñera, que é de direita.

É patológica a compulsão de Bolsonaro pelas ditaduras e sua admiração ilimitada pelos regimes tirânicos, como o de Pinochet. É doentio seu prazer em ferir pessoas atingidas pelos crimes das ditaduras latino-americanas, como fez com o presidente da OAB, Felipe Santa Cruz. Mentir sobre o passado do Chile, ou do Brasil, na política ou na economia, não alterará a história real. Tentar apropriar para uma ideologia de extrema-direita os símbolos nacionais não dará certo agora, como não deu no passado. Os amigos e auxiliares que tenham qualquer influência sobre ele deveriam aconselhá-lo. O que ele falou sobre Michelle Bachelet jamais poderia ter sido dito. É sobretudo desumano.

tiras da ditadura. Repetir isso num período democrático é restringir o espaço das ideias, é manipular símbolos nacionais, é estigmatizar quem não se perfila entre os admiradores do governante.

O Brasil está em uma administração que foi eleita democraticamente, mas que tem tentado reduzir o espaço democrático, de livre circulação das ideias, e quer, especialmente nesta semana, usar o sentimento de país para tentar alavancar o apoio ao governo. As críticas feitas pela alta comissão de Direitos Humanos da ONU, Michelle Bachelet, estão respaldadas na realidade. Qualquer órgão multilateral tem o direito de fazê-las.

O presidente brasileiro reagiu atacando pessoalmente Mi-

Governo quer reduzir as alíquotas do IR

REFORMA TRIBUTÁRIA O governo de Jair Bolsonaro estuda encaminhar sua reforma tributária ao Congresso Nacional diminuindo todas as alíquotas cobradas do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF), além de fazer uma correção da tabela. Com isso, a redução no pagamento de impostos dos mais ricos seria estendida também para os contribuín-

tes de menor renda

O governo já tinha estabelecido que a faixa salarial mais alta, que paga até 27,5% de imposto sobre o salário, passará a pagar até 25%. Agora, a equipe econômica planeja que os contribuintes das demais faixas sejam contemplados com ao menos uma pequena redução.

A perda de arrecadação

federal decorrente da medida seria compensada por ações como a limitação das deduções com despesas médicas no Imposto de Renda. Dentre os cenários estudados pelo governo, está a implementação de um teto anual de R\$ 10 mil para o desconto.

O subsídio é autorizado pela legislação do país, que prevê a possibilidade de pes-

soas físicas deduzirem da base de cálculo do Imposto de Renda os pagamentos sem qualquer limite efetua- dos a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitais, além de despesas com exames laboratoriais, serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopé- dicas e dentárias.

Veículo: Folha Online	
Data: 05/09/2019	Caderno: Mercado

Reforma administrativa prevê fim da estabilidade de servidor

Pacote propõe ainda redução do número de carreiras e redesenho de salários



Bernardo Caram

BRASÍLIA Em fase de ajustes finais no Ministério da Economia, a [reforma administrativa](#) que será apresentada pelo governo Jair Bolsonaro deve prever o fim da estabilidade para a maioria dos servidores públicos, uma drástica redução no número de carreiras, salários mais alinhados com o setor privado, rigorosa avaliação de desempenho e travas para as promoções.

Em entrevista à **Folha**, o secretário especial adjunto de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, Gleisson Rubin, apresentou as diretrizes que o governo pretende incluir no pacote que será enviado ao Congresso neste semestre.

A reforma criará uma linha de corte para um modelo de [serviço público](#) totalmente novo. Com isso, as principais mudanças valerão apenas para aqueles que se tornarem servidores após a aprovação pelo Congresso. Os que já atuam no Executivo manterão a maior parte das prerrogativas, mas também serão afetados por mudanças pontuais.

“O modelo que nós temos hoje não se sustenta. Não teremos condições de continuar rodando com gastos [com folha de pagamento nessa magnitude](#)”, disse o secretário.

A despesa com pessoal é o segundo maior custo do governo federal, perdendo apenas [para a Previdência](#).

Neste ano, segundo a última avaliação do governo, R\$ 325 bilhões sairão dos cofres públicos para bancar salários, benefícios e encargos sociais de servidores. Em 2003, esse gasto era de R\$ 187 bilhões, valor já atualizado pela inflação.

De acordo com o secretário, o novo serviço público, que virá a partir da linha de corte, deverá restringir a [estabilidade de servidores](#). Para isso, seria criado um novo formato de contratação por tempo indeterminado sem essa proteção que dificulta que o governo demita.

A ideia é que essa prerrogativa seja concedida apenas a carreiras consideradas sensíveis ou sujeitas a pressões, como auditores fiscais, auditores do trabalho e diplomatas. Funções de caráter instrumental e administrativo perderiam esse direito.

“Você precisa assegurar que o efetivo que está a serviço do Estado consiga dar essa contribuição a despeito das desejadas e salutares mudanças de governo. Mas tem uma série de funções às quais não necessariamente essa proteção precisa estar associada”, afirmou.

Entre as mudanças, está o corte do total de carreiras para algo entre 20 e 30, número que ainda passa por avaliação. Hoje, são 117 carreiras que abrigam mais de 2.000 cargos. Embora muitos sejam semelhantes, o

O QUE MUDA PARA QUEM ENTRAR NO SERVIÇO PÚBLICO APÓS A APROVAÇÃO:

- 1** Criação de contrato por tempo indeterminado sem previsão de estabilidade no cargo. Prerrogativa da estabilidade será mantida apenas para cargos considerados sensíveis, como auditores e diplomatas
- 2** Redução do número de carreiras do Executivo de 117 para no máximo 30
- 3** Redesenho das tabelas salariais para que se aproximem do setor privado
- 4** Redução dos salários de entrada
- 5** Reestruturação das progressões para que o servidor só atinja o teto salarial no fim da carreira
- 6** Extinção da progressão automática por tempo de serviço
- 7** Maior rigor na fase de estágio probatório

Considerada uma distorção do sistema, a progressão automática de carreira por tempo de serviço deve ser extinta.

“Progressões automáticas são outra disfunção. Hoje, a progressão é por critério de antiguidade, e isso não pode ser critério. O critério tem de ser mérito”, disse o secretário.

No sistema atual, muitos servidores conseguem atingir o topo da carreira em menos de um terço da expectativa de tempo que ele ficará no serviço público. Com a reforma, serão criadas travas para essas promoções.

“Você pode ter uma quantidade maior de padrões e ter progressões anuais, ou uma quantidade menor de padrões com progressões a cada dois ou três anos. Mas é importante que o servidor estará, durante toda sua vida laboral, em busca de galgar posições superiores dentro de sua carreira”, ressaltou.

Definidos os pontos que valerão apenas para os novos servidores, o governo também proporá mudanças que atingem quem já está na ativa. Mudanças na avaliação de desempenho, por exemplo, valerão para todos.

Atualmente, a legislação já permite esse tipo de apuração, mas o instrumento não tem uso prático na administração pública. De acordo com Rubin, o governo deve tentar replicar o modelo usado hoje na CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

Desse modo, seria criado um sistema de pontos para avaliação. Cada gestor teria uma quantidade limitada de pontos a distribuir entre sua equipe, sendo que o total não permitiria que ele desse nota máxima a todos os servidores. Com isso, seria forçado a fazer uma avaliação criteriosa.

O QUE VALERÁ PARA TODOS, INCLUSIVE OS ATUAIS SERVIDORES:

- 1** Avaliação de desempenho mais rigorosa. Deve ser criado sistema de pontos no qual o gestor não consegue dar nota máxima a todos os servidores e é forçado a fazer avaliação criteriosa
- 2** Novos programas de capacitação
- 3** Revisão de benefícios como auxílio-moradia e auxílio-funeral
- 4** Marcação obrigatória de ponto eletrônico

O resultado das avaliações servirá para balizar as [progressões de carreira](#). Ao mesmo tempo, os resultados negativos levarão a novos programas de capacitação.

Dentro da esfera das avaliações, o governo ainda pretende fazer ajustes na fase de estágio probatório. A etapa, que atualmente dura três anos e é similar a um período de experiência, poderá ser alongada. A avaliação mais rigorosa, por sua vez, deve levar a desligamentos, o que não ocorre na prática hoje.

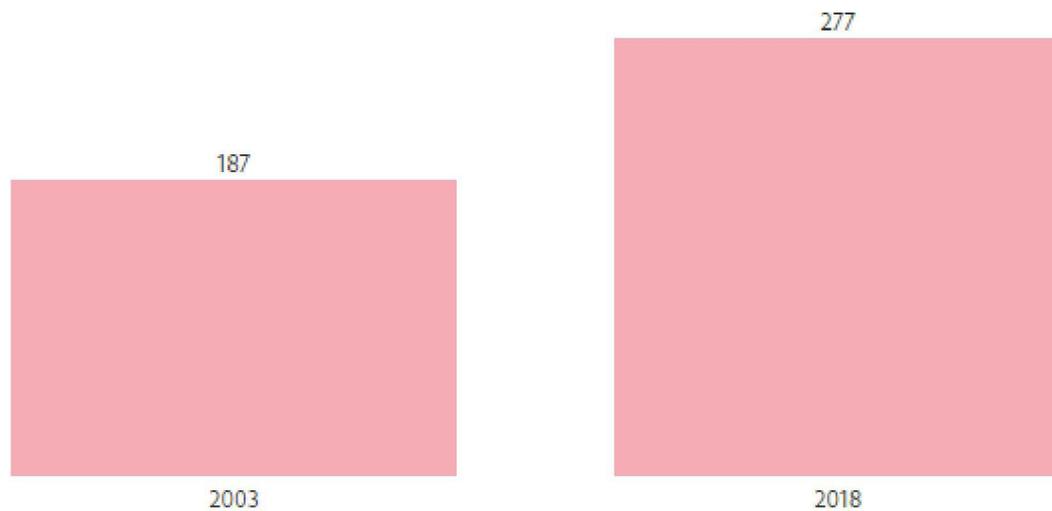
Entre as mudanças, o governo também quer revisar os [chamados penduricalhos do serviço público](#), como bônus de eficiência que são pagos de forma linear independente do desempenho, auxílio-moradia e auxílio-funeral. O novo modelo ainda está em debate.

Segundo Rubin, simultaneamente à reforma, o governo trabalha na implementação de ponto eletrônico na administração federal. O sistema integrado, que já começou a ser instalado em órgãos de Brasília e algumas outras cidades, será expandido.

Raio-X do serviço público federal

Gasto com pessoal em R\$ bilhões, corrigido pela inflação

Gasto com pessoal em R\$ bilhões, corrigido pela inflação



Ministério da Economia

Na terça-feira (3), técnicos responsáveis pela formulação da reforma apresentaram as linhas gerais dos projetos ao ministro da Economia, Paulo Guedes. No encontro, Guedes deu sinal verde para as ideias propostas.

Como as alterações envolvem um complexo conjunto de regras de diferentes hierarquias, a reforma exigirá a apresentação de um grupo de projetos, incluindo emenda à Constituição, lei complementar e lei ordinária.

Uma das propostas pretende estender mudanças aos servidores estaduais e municipais. A ideia é que todos os textos sejam apresentados simultaneamente ao Congresso.

O governo também discute com o Legislativo a possibilidade de criar gatilhos para reduzir a carga horária e o salário de servidores em caso de aperto fiscal.

Na avaliação do secretário, todo o conjunto de medidas poderá trazer [alívio às contas públicas](#), mas a longo prazo.

O governo também conta com a economia que será gerada com a redução natural do número de servidores. Nos próximos cinco anos, 127 mil dos 705 mil servidores estarão aptos a se aposentar.

Apenas posições essenciais serão repostas e reajustes ficarão travados.

“A força de trabalho já está caindo, vai continuar caindo nos próximos anos e é desejável que caia”, afirmou.

RAIO-X DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

705 mil é o número de **servidores ativos** no serviço público federal

28% foi o crescimento do **número de servidores entre 2001 e 2017**, oito pontos percentuais a mais que o crescimento da população brasileira no mesmo período

127 mil é o total de **servidores devem se aposentar** nos próximos cinco anos. Apenas posições essenciais serão repostas

R\$ 11.842 é o **rendimento médio do servidor** do Executivo federal, uma alta de 32% acima da inflação em 15 anos

Bolsonaro defende mudar o teto de gastos, mas Guedes e Maia são contra

Regra que barra crescimento das despesas acima da inflação deixará quartéis sem luz, diz presidente

Fábio Pupo e
Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA Apesar de Jair Bolsonaro ser a favor de uma mudança no teto de gastos, a equipe econômica manteve nesta quarta (4) o discurso de que não trabalha para alterar a norma constitucional. Em vez disso, a diretriz no Ministério da Economia é reformar as despesas obrigatórias.

O presidente passou a defender uma mudança na norma por ver nos próximos anos a possibilidade de não haver recursos para o funcionamento do governo. "A tendência é o governo ficar sem recursos para pagar despesas de manutenção da máquina pública", disse o porta-voz da Presidência, Otávio do Rêgo Barros.

"O governo não irá exigir mais impostos da sociedade para conseguir equilibrar as contas públicas, então é preciso mudar a dinâmica das despesas obrigatórias. Se isso não for feito, a partir de 2021, o teto dos gastos já será um problema", disse Barros. Segundo ele, a equipe econômica ainda estuda "a melhor forma de solucionar" o problema em parceria com parlamentares.

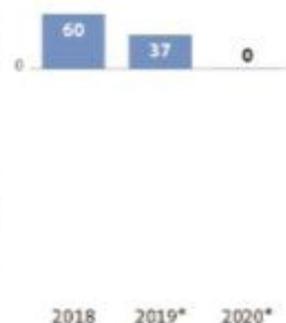
Pela manhã, Bolsonaro já havia afirmado que o crescimento das obrigatórias pode eliminar as discricionárias (onde estão os investimentos, por exemplo) e em dois ou três anos. "Vou ter que cortar a luz

Regras para controlar o gasto público

Teto de gastos (emenda constitucional de 2016)

Cerca de 80% das despesas do governo federal têm seu crescimento anual limitado pela inflação desde a introdução da regra na Constituição, feita no governo Michel Temer. Até o momento, a regra não foi descumprida, mas há risco de que isso ocorra a partir de 2021

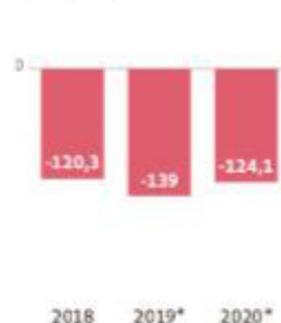
Folga para o teto de gastos, em R\$ bilhões



Meta fiscal da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias)

Indicador que olha despesas receitas, para que haja equilíbrio entre as duas. O objetivo era gerar superávits para reduzir a dívida pública. Como desde 2014 as contas do governo estão no vermelho, as metas atuais visam conter o déficit e o crescimento da dívida

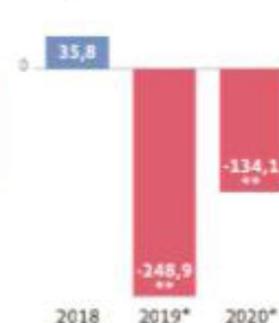
Diferença entre receitas e despesas (exceto juros), em R\$ bilhões



Regra de Ouro da Constituição

Dispositivo que proíbe o governo de se endividar em valores superiores aos seus investimentos. Pode gerar processo de impeachment por crime de responsabilidade. O Congresso pode autorizar créditos suplementares e permitir o descumprimento da regra

Folga do cumprimento da Regra de Ouro, em R\$ bilhões



*Os dados para 2019 e 2020 são projeções ou metas do governo. **Valores negativos significam descumprimento se o Congresso não aprovar crédito extra. Fontes: Tesouro Nacional e FI (Instituição Fiscal Independente)

de todos os quartéis do Brasil, por exemplo, se nada for feito."

Criada em 2016, a emenda constitucional do teto de gastos estabelece que as despesas totais da União não podem crescer além da inflação, mesmo que a receita cresça.

A norma visa barrar a expan-

são da dívida pública. Desde a implementação, o governo se vê obrigado a reduzir as despesas discricionárias pois as obrigatórias continuam subindo.

O próprio Bolsonaro votou a favor da norma em 2016. O porta-voz foi questionado sobre a mudança de posiciona-

mento. "As pessoas evoluem à medida que percebem as modificações da conjuntura."

Mesmo assim, integrantes do Ministério da Economia afirmaram que a pasta não trabalha para alterar o teto.

O teto é visto pela equipe como um instrumento impor-

tante para limitar despesas, inclusive obrigatórias, e, em consequência, o crescimento da dívida pública. Se a norma constitucional é descumprida, ficam automaticamente barrados concursos, contratações e reajustes reais de remunerações. Também seria impedida a criação de medida que aumente a despesa obrigatória acima da inflação.

Em vez de alterar as regras, a estratégia do ministro Paulo Guedes atualmente é reformar as obrigatórias. Isso seria feito de forma estrutural por meio de PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que eliminaria as obrigatórias do Orçamento da União. Esse vai ser um dos principais projetos do ministério no segundo semestre, além da reforma tributária.

Mesmo assim, a equipe econômica vê possibilidades de fazer mudanças mais imediatas para mostrar flexibilização e não ser surpreendida por tentativas de mudanças mais fortes vindas, por exemplo, do Congresso.

Uma delas seria retirar do cálculo do teto alguns tipos de despesa. Está nessa lista, por exemplo, o Censo de 2020 (estimado em R\$ 3 bilhões).

Um dos itens mais prejudicados com o aumento das obrigatórias são os investimentos. Em 2020, a rubrica está prevista em R\$ 19 bilhões — o menor patamar da histó-

ria (em 2014, antes da criação do teto, eram R\$ 102 bilhões). Para 2021, a equipe econômica estima um cenário ainda mais achatado nas discricionárias.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou discordar do governo sobre a conveniência de alterar o teto de gastos federal.

Segundo o deputado, a visão externada pelo porta-voz da Presidência, de que a alteração no teto é pensada para que não haja aumento de impostos, está equivocada.

Caso o governo queira ampliar o teto de gastos, aí sim terá que aumentar impostos para ter receita suficiente para cobrir o consequente aumento de despesas, disse. Segundo Maia, uma solução seria o governo debater as propostas de desvinculação de gastos federais defendidas por Guedes.

O economista Marcos Mendes, colunista da Folha e que integrou o Ministério da Fazenda de Henrique Meirelles (gestão que implementou o teto), defende que a norma é necessária para manter a dívida pública sob controle.

“Se for tomada a decisão de deixar a despesa crescer acima do teto, haverá a necessidade de aumentar a carga tributária. Do contrário, a dívida pública sairá do controle, com graves consequências sobre o crescimento e a inflação.”

Felipe Salto, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI, órgão do Senado), lembra que o teto prevê o acionamento de gatilhos para limitar despesas em caso de descumprimento (como impedir concursos). Isso, em sua visão seria importante para conter despesas como as de pessoal.

“Seria muito ruim flexibilizar ou abandonar o teto neste momento”, diz.

Leia mais nas págs. A26 e A30

05/09/2019 - 05:00

Bolsonaro quer 'flexibilizar' teto de gastos

Por **Renan Truffi e Carla Araújo**

O presidente Jair Bolsonaro afirmou que a flexibilização do teto de gastos - ideia que estaria sendo discutida na cúpula de seu governo - é uma questão "de matemática" e que nem precisaria responder sobre isso. Afirmou ainda que terá de cortar a luz de todos os quartéis do Brasil "se nada for feito".

A afirmação foi feita na saída do Palácio da Alvorada, antes de se dirigir a Anápolis (GO), onde participou da cerimônia de recebimento da aeronave KC-390, da Embraer, pela Força Aérea.

AdChoices
PUBLICIDADE
[inRead invented by Teads](#)

Um repórter perguntou: "O senhor vai apoiar alguma flexibilização do teto de gastos, como vem defendendo Casa Civil e militares?". Bolsonaro respondeu: "Para você entender. Temos o Orçamento, temos as despesas obrigatórias, estão subindo. Eu acho que daqui a dois ou três anos vai zerar as despesas discricionárias. Não é isso? Isso é questão de matemática, não precisa nem responder para você. Isso é matemática".

Questionado, então, se o governo vai ou não tomar a iniciativa de mudar a legislação que regula esse dispositivo, aprovado durante o governo Michel Temer, Bolsonaro foi evasivo: "Eu vou ter que cortar a luz de todos os quartéis do Brasil, por exemplo, se nada for feito. Já te respondi. Outra pergunta", interrompeu.

No fim do dia, o porta-voz da Presidência da República, Otávio do Rêgo Barros, disse que o presidente defende que a Lei do Teto de Gastos seja alterada, pois, caso isso não aconteça, a máquina pública será paralisada.

"A Lei do Teto de Gastos do governo foi aprovada pelo Congresso em 2016, limitando o crescimento das despesas ao índice da inflação do ano anterior. O presidente defende uma mudança nesta lei porque, se isso não for feito, nos próximos anos a tendência é o governo ficar sem recursos para pagar despesas de manutenção da máquina pública", disse o porta-voz.

Rêgo Barros acrescentou que o "governo não irá exigir mais impostos da sociedade para conseguir equilibrar as contas públicas". "Então é preciso mudar a dinâmica das despesas obrigatórias. Se isso não for feito, a partir de 2021, o teto dos gastos já será um problema, pois a dinâmica dita [...] faz com que cada vez mais falte espaço para investir". Segundo Rêgo Barros, a equipe econômica deve estudar a melhor forma de solucionar esse problema. "Claramente, em consórcio com os nossos congressistas", completou.

Questionado sobre o fato de o presidente ter votado a favor do teto dos gastos em 2016, quando era deputado, e o que mudou na opinião de Bolsonaro, o porta-voz afirmou que "as pessoas evoluem à medida que percebem as modificações da conjuntura e das perspectivas socioeconômicas".

05/09/2019 - 05:00

Debate ganha força, mas mudança ainda é controversa

Por **Thais Carrança e Sergio Lamucci**

A discussão sobre flexibilizar o teto de gastos ganha força, num momento em que as restrições orçamentárias escancaram a forte compressão dos investimentos e das despesas para manter o funcionamento mínimo da máquina pública. Entre os economistas, porém, ainda há divergência considerável: embora alguns especialistas considerem que uma mudança já é inevitável e outros defendam que a alteração deva ficar para depois da adoção de medidas mais firmes do controle de despesas obrigatórias, há especialistas que seguem contrários à flexibilização do mecanismo. Aprovado no fim de 2016 e em vigor desde o ano seguinte, a regra estabelece um ajuste do gasto não financeiro da União pela inflação acumulada nos 12 meses até junho do ano anterior.



Manoel Pires, coordenador do Observatório de Política Fiscal: discussão se tornou inadiável diante dos números do Orçamento

AdChoices
PUBLICIDADE
[inRead invented by Teads](#)

"A regra do teto surgiu num momento de emergência e a sua simplicidade era positiva, mas chegou o momento de pensar algo mais durável e que possa permear diversos governos sem ser mudada", diz Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados. Para ele, o exemplo do Chile pode ser útil no processo de revisão da regra. "No nosso caso, o modelo chileno pode ser interessante, havendo flexibilidade da regra ao redor do crescimento do PIB, colocando-se estimativas do crescimento por órgãos independentes, para não haver conflito de interesse com uma projeção usada pelo governo. Poderia ser o Focus, por exemplo", sugere, referindo-se às estimativas de expansão da economia reunidas pelo Banco Central (BC).

Coordenador do Observatório de Política Fiscal do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV), Manoel Pires defende uma flexibilização que combine algum ajuste real (acima da inflação) das despesas inferior ao crescimento do PIB de médio prazo, com a possibilidade de excluir gastos como o investimento em anos de crescimento muito baixo ou recessão.

O economista lembra que o teto só não foi restritivo em seus primeiros três anos de vigência porque em 2016, referência para a regra nos anos seguintes, o governo aumentou muito as despesas discricionárias. Além disso, no ano passado, a greve dos caminhoneiros provocou um pico de inflação no mês que serviria de referência para o teto do ano seguinte. "Na ausência desses subterfúgios, a discussão se tornou inadiável diante dos números do Orçamento", diz Pires.

Já o diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto, é contra promover mudanças na emenda do teto de gastos. "Flexibilizar o teto não é a solução para esse problema. A saída passa, sim, por controlar os gastos obrigatórios", diz Salto.

"Nesse sentido, o próprio descumprimento da Emenda 95 dispararia os gatilhos previstos na Constituição e produziria efeitos importantes sobre o gasto com pessoal", lembra ele. "Se o teto fosse rompido em 2022, por exemplo, como é o cenário atual da IFI [com risco de rompimento em 2021], o acionamento dessas sanções representaria queda do gasto com

peçoal de 4,1% do PIB para 2,5% do PIB até 2030. É um ajuste de dimensões nunca antes vistas do lado da despesa. Vamos perder essa oportunidade e antecipar em nome do quê?"

Salto observa que, nas contas da IFI, o órgão de acompanhamento das contas públicas do Senado, o nível mínimo de despesas discricionárias necessária ao funcionamento da máquina é de R\$ 75 bilhões neste ano e de algo próximo a R\$ 80 bilhões no próximo. "O próprio governo enviou PLOA [Projeto de Lei Orçamentária Anual] com gastos discricionários da ordem de R\$ 90 bilhões para o ano que vem, contemplando nível historicamente baixo de investimentos, de R\$ 19 bilhões. Isso significa que o efeito do teto é, de fato, cada vez mais restritivo com o passar do tempo", afirma ele, mas destacando que isso é "um resultado direto do avanço sistemático do gasto obrigatório: salários, pensões e aposentadorias".

Para um especialista em contas públicas de uma instituição financeira que pediu para não se identificar, mexer no teto agora colocaria em xeque a credibilidade da política fiscal. "É absolutamente prematuro discutir alterações no teto de gastos sem que se tenha feito nada para reduzir a despesa obrigatória", afirma ele.

Como medidas para reduzir o gasto obrigatório, o analista sugere uma reestruturação de cargos e salários do funcionalismo e melhora da eficiência das compras públicas. Ele avalia que o país não tem credibilidade para fazer um relaxamento fiscal e que retirar o investimento do teto pode não ter o efeito multiplicador sobre a atividade que alguns economistas esperam, pois a piora do déficit e da dívida afeta as expectativas dos agentes.

"Acho que no ano que vem ainda temos que conviver com o 'shutdown' e dizer ao Congresso que faça seu trabalho, incluindo Estados e municípios na reforma da Previdência e dando solução para a falta de instrumento de gestão de pessoal por governadores e prefeitos", diz Samuel Pessôa, pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) e sócio da consultoria Reliance.

Ele cita como exemplo a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) ligada à "regra de ouro" que deve flexibilizar gastos com pessoal, permitindo redução de jornadas e salários. "Temos que dotar o Estado brasileiro e o gestor público de instrumentos para que ele possa lidar com o gasto obrigatório", afirma Pessôa. "Antes dessa agenda estar encaminhada, não acho oportuno o Congresso se debruçar sobre o tema."

Apesar da controvérsia entre especialistas, a leitura de alguns economistas é de que o governo busca espaço para iniciar a discussão sobre uma eventual mudança do teto. Sinais nesse sentido seriam o documento lançado em agosto pelo Tesouro discutindo as regras fiscais e o estudo do economista-chefe do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Fabio Giambiagi, em coautoria com Guilherme Tinoco, propondo mudanças na regra a partir de 2023. Pela proposta, dois tetos coexistiriam: um para despesas totais e um subteto para despesas correntes, que exclui o investimento público. Os dois propõem ainda um pequeno aumento real (acima da inflação) anual de ambos os limites.

"É urgente discutirmos a rigidez orçamentária e as regras atuais do teto de gastos", avaliou na semana passada o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, por ocasião da apresentação do Orçamento para 2020. A previsão de despesas do governo para o ano é de R\$ 1,47 trilhão, sendo apenas R\$ 89,16 bilhões em gastos discricionários, dos quais R\$ 19 bilhões em investimentos, o menor nível dos últimos dez anos.

05/09/2019 - 05:00

É impossível mexer na regra, afirma Rodrigo Maia

Por

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que é "impossível mexer" no teto de gastos. A declaração aconteceu após o presidente Jair Bolsonaro dizer que a flexibilização da regra que limita o aumento das despesas do governo é uma "questão matemática".

"Temos 14% do PIB em Previdência, 13% do PIB em funcionalismo e 6% do PIB em juros. Ou seja, 33% do PIB está comprometido. Nós temos que reduzir essas despesas. É por isso que tem que manter o teto", disse Maia, segundo a Agência Câmara.

AdChoices
PUBLICIDADE
[inRead invented by Teads](#)

Para ele, mexer no teto significará aumento de imposto ou do endividamento público. "A solução não é mexer no teto, é mexer na indexação do Orçamento", disse o presidente da Câmara.

Na mesma linha de Maia foi o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), líder do bloco da maioria na Câmara, que representa os maiores partidos. Segundo ele, a flexibilização do teto de gastos seria uma péssima sinalização.

"É um sinal muito ruim no momento em que se busca o equilíbrio fiscal, com a reforma da Previdência, passar essa mensagem", disse. "Tudo vem sendo construído dentro de uma lógica, as pessoas estão cada vez mais cobrando dos governos qualidade dos gastos, transparência com os recursos públicos. É um equívoco mexer no teto", afirmou.

Ribeiro foi líder do governo Michel Temer na Câmara dos Deputados e um dos articuladores da aprovação da emenda constitucional do teto de gastos.

Já a líder do governo no Congresso, Joice Hasselmann (PSL-SP), disse que ainda não recebeu a ordem de Bolsonaro para conversar com parlamentares sobre uma possível revisão no teto dos gastos. Joice afirmou que a medida ainda está na esfera técnica.

"Eu não conversei com ele sobre isso, depende de uma análise técnica e tem que ir com muita parcimônia nisso", disse a líder do governo. "Para ter qualquer revisão, tem toda a questão do Congresso estar junto nessa pauta. Ainda não recebi a ordem do presidente para trabalhar nisso. Vamos deixar a equipe técnica fazer os levantamentos aqui para ver se realmente precisa ou não fazer isso", completou Joice.

05/09/2019 - 05:00

'Isso não tem o menor cabimento', reage Delfim

Por **Claudia Safatle**



"Isso não tem o menor cabimento!", reagiu o ex-ministro Delfim Netto, ao ser perguntado sobre a eficácia de uma flexibilização do teto do gasto público.

"Se fosse possível resolver nossos problemas aumentando o gasto público, a Dilma [ex-presidente Dilma Rousseff] estaria pleiteando sua quarta reeleição."

A dura realidade, para ele, é que o país não resolveu nenhum dos problemas que o está condenando ao baixo crescimento. Na questão fiscal, o que o governo passado fez foi aprovar a lei do teto do gasto e empurrar o ajuste com a barriga.

Carente de investimentos, o desequilíbrio fiscal levou o governo a um Orçamento para 2020 em que o investimento é de 0,5% do PIB para uma demanda de 5% do PIB, sendo 3% para cobrir a depreciação e 2% para aumentar o capital.

"Estamos em processo de subdesenvolvimento acelerado, e uma medida dessa natureza, de flexibilização da Lei do Teto, vai nos levar à hiperinflação", vaticinou o ex-ministro.

Delfim defendeu uma proposta que responde os problemas pelo lado da demanda: os presidentes dos Três Poderes devem buscar um acordo que dê ao Executivo um "fast track" para que se encurtem os prazos das privatizações e concessões. "Não é possível esperar seis meses para se ter um parecer do Ibama", exemplificou. Ao mesmo tempo, por esse acordo, o Supremo Tribunal Federal "não poderia intervir em uma questão como a redução da jornada de trabalho com a correspondente redução dos salários" no setor público.

"Parece que ainda há uma incompreensão a respeito da existência da restrição física de recursos", disse.

05/09/2019 - 05:00

Não é hora de flexibilizar o teto de gastos

Por Ribamar Oliveira

Desde 2014, o governo federal apresenta déficit primário em suas contas. Isso significa que o governo está pegando dinheiro emprestado no mercado para pagar despesas rotineiras, como energia elétrica, água, salário de seus funcionários, aposentadorias e outros gastos correntes. É como se um cidadão recorresse a empréstimos bancários para pagar o almoço da família e parte das despesas do dia a dia.

De 2014 ao fim de 2019, o déficit acumulado do governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central) atingirá R\$ 535 bilhões, considerando que o "buraco" deste ano ficará em torno de R\$ 120 bilhões. Esse foi o montante de dinheiro que o governo pegou no mercado nos últimos seis anos apenas para cobrir suas despesas primárias, pressionando a taxa de juros. Sem contar a montanha de títulos que ele colocou no mercado para obter recursos e pagar os juros da dívida pública.

A perspectiva é de déficit primário por, pelo menos, mais três anos, de acordo com a mensagem do presidente Jair Bolsonaro ao Congresso Nacional que acompanha o Plano Plurianual 2020/2023. O primeiro superávit primário ocorrerá somente em 2023, assim mesmo de apenas 0,2% do Produto Interno Bruto (PIB).

É preciso encontrar formas de reduzir a despesa obrigatória

Desde que o teto de gastos foi aprovado, no fim de 2016, até dezembro deste ano, a despesa obrigatória terá aumentado mais de R\$ 200 bilhões, de acordo com projeção feita pelo Ministério da Economia. Para acomodar a elevação das despesas obrigatórias e cumprir o teto de gastos, o governo foi obrigado a cortar continuamente as chamadas despesas discricionárias, que nada mais são do que os investimentos e o custeio administrativo.

Em 2016, as despesas discricionárias ficaram em R\$ 141,2 bilhões. A proposta orçamentária para 2020, enviada pelo governo ao Congresso na semana passada, prevê que elas serão de apenas R\$ 105,3 bilhões. Ou seja, elas serão reduzidas em R\$ 35,9 bilhões, colocando em risco o funcionamento da máquina pública e comprometendo a oferta de bens e serviços à população.

Em entrevista ontem a jornalistas, o presidente Jair Bolsonaro disse que, se os gastos obrigatórios não pararem de aumentar, daqui a dois ou três anos as despesas discricionárias vão zerar. "Isso é uma questão de matemática", disse o presidente. Não há dúvida de que, se a dinâmica da despesa obrigatória não for mudada, já em 2021 o teto se transformará em um garrote insuportável, asfixiando os ministérios. E, mesmo nesse caso, as medidas de ajuste das despesas previstas na emenda constitucional 95/2016, que criou o teto de gastos, não poderão ser utilizadas.

O governo de Michel Temer cometeu um erro no texto da emenda constitucional que instituiu o teto de gastos, só percebido neste ano. A emenda 95 criou um gatilho que não dispara. A emenda estabelece que, se o teto de gastos for furado, ou seja, se as despesas ultrapassarem o limite definido para o gasto, o governo terá que adotar uma série de medidas de ajuste.

Descumprido o teto, o governo não poderá conceder, a qualquer título, vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de servidores. Não poderá também criar cargo, emprego ou função ou alterar estrutura de carreira que implique aumento de despesa. Da mesma forma, ficará impedido de admitir ou contratar pessoal, a qualquer título, realizar concurso público, criar ou majorar auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza. Ficará ainda proibido de criar despesa obrigatória ou adotar medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação.

É um arsenal considerável e poderoso de medidas de ajuste. O problema é que, da forma como está redigida a emenda 95, não há meio de descumprir o teto de gastos. Em primeiro lugar, o governo não pode encaminhar um Orçamento que descumpra o teto. Se fizer isso, o presidente da República corre risco de impeachment. Durante a execução orçamentária, o governo não pode também gastar mais do que o teto. Se não pode descumprir o teto, não há como usar o arsenal de medidas previstas na emenda 95. Assim, o governo terá que reduzir continuamente as despesas discricionárias, até a paralisia da administração pública, para compensar o aumento das despesas obrigatórias.

A flexibilização do teto é um eufemismo. Na verdade, o que desejam os defensores da ideia é ampliar o espaço para o gasto. Isto significará duas coisas, pelo menos, que precisam ficar claras. O ajuste fiscal brasileiro já é bastante gradual, pois o país está em seu sexto ano com déficit primário. Talvez seja difícil encontrar outro país em situação semelhante. Com a flexibilização, o ajuste será ainda mais gradual.

Outra resultante da flexibilização do teto é que o novo ajuste, para não ser mais lento que o atual, necessitará de mais receita tributária. Ou seja, o ajuste será feito também com o aumento da carga tributária. É preciso saber se a sociedade brasileira aceita mais impostos.

A discussão que está acontecendo atualmente na Câmara dos Deputados, com a presença de representantes do Ministério da Economia, é a de encontrar um novo desenho para as regras fiscais, que permita acionar as medidas de ajuste previstas na emenda 95. Todo o debate gira em torno da proposta de emenda constitucional (PEC) 438, apresentada pelo deputado Pedro Paulo (DEM-RJ).

O relator da PEC 438, deputado Felipe Rigoni (PSB-ES), criou um grupo de assessores para discutir a matéria. O Ministério da Economia está representado no grupo. O primeiro entendimento a que se chegou até agora é que não se deve flexibilizar o teto de gastos. Essa é a posição do ministro da Economia, Paulo Guedes, e do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

O atual quadro de insolvência do setor público brasileiro nunca resultou de falta de regras fiscais. Algumas das nossas regras são melhores e mais modernas do que as existentes em vários países. O nosso problema sempre foi o de cumprir as regras fiscais. Toda vez que se tem de adotar as medidas de ajuste, a regra é alterada. Ou então, procura-se fazer o ajuste pelo lado da receita. É preciso mudar essa tradição e começar a fazer o que é preciso para ajustar as contas. O Brasil precisa voltar a crescer.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras.

E-mail: ribamar.oliveira@valor.com.br

05/09/2019 - 05:00

Relator quer que Congresso ajude a cortar gasto de 2020

Por Ribamar Oliveira

O relator da proposta orçamentária para 2020, deputado Domingos Neto (PSD-CE), pediu aos consultores da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional que sugiram medidas de corte de despesas obrigatórias para abrir espaço fiscal para desafogar as áreas consideradas prioritárias e que foram duramente atingidas pelos cortes. "A minha ideia é reduzir despesas obrigatórias para dar recursos para quem precisa", afirmou em entrevista ao **Valor**.



O deputado Domingos Neto, relator da proposta de Orçamento: "Minha ideia é reduzir despesas obrigatórias para dar recursos para quem precisa"

Contrário à flexibilização do teto de gastos, o relator acha que o corte de despesas obrigatórias é o melhor caminho para melhorar a situação financeira dos ministérios no próximo ano. "O governo já sugeriu acabar com a multa adicional de 10% do FGTS, como forma de reduzir as despesas", lembrou. "Vamos estudar essa medida e outras que forem sugeridas pelos consultores."

A receita da multa adicional do FGTS por demissão sem justa causa faz apenas um passeio pelas contas do Tesouro Nacional, pois ela não é uma receita do governo, mas do fundo. Ela ingressa como receita e sai como despesa. Para 2020, a proposta orçamentária prevê receita e despesa de R\$ 5,6 bilhões. Assim, acabando com a multa, o governo abriria um espaço fiscal de R\$ 5,6 bilhões para outros gastos. Isso poderá ser feito por meio de projeto de lei complementar, pois a multa foi instituída pela lei complementar 110, de 2001.

Depois de receber as sugestões de medidas, Domingos Neto disse que irá apresentá-las aos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP). "Vou discutir com eles o que podemos fazer", explicou. "Em seguida, irei conversar com o ministro Paulo Guedes [Economia] para saber a opinião dele sobre as medidas."

Dessa vez, Domingos Neto disse que os parlamentares "não vão gastar energia discutindo só 4% do Orçamento", numa referência à participação das chamadas despesas discricionárias (representadas pelos investimentos e pelo custeio da máquina pública) nas despesas totais da União. "Vamos discutir os 96%, que é o total das despesas obrigatórias."

O relator observou que o Orçamento de 2020 será o primeiro "impositivo" na história do Brasil. A emenda constitucional 100, promulgada em junho deste ano, determinou que a administração pública tem o dever de executar as programações orçamentárias, "adotando os meios e as medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade".

Com a emenda 100, na interpretação do deputado, haverá uma mudança do perfil orçamentário brasileiro, afirmou. "Pela primeira vez, o Orçamento da União não será apenas autorizativo", disse. Segundo o deputado, na maioria dos países ele é impositivo. "Na minha opinião, todo o Orçamento passou a ser impositivo. Penso que está é a interpretação dominante na Câmara dos Deputados."

Para ele, a mesma opinião parece ser a dos senadores, pois ao analisarem a proposta de emenda constitucional 98/2019, aprovada na terça-feira, eles retiraram do texto um artigo que limitava o número de emendas de bancada estadual ao Orçamento e que tinha sido aprovado pela Câmara. "Eles corrigiram um erro nosso, pois não pode mesmo ter limite para

emenda de bancada estadual", disse. "Acho que isso indica que os senadores também acham que o Orçamento agora é impositivo", observou.

O deputado admitiu, no entanto, que o assunto é controverso e que possui "uma diversidade de interpretações". Ele informou que vai conversar com o ministro Paulo Guedes para saber qual é a interpretação do governo para a emenda 100. "Vou tentar construir com o governo uma interpretação conjunta", adiantou.

Com a existência do teto de gastos para a União, instituído pela emenda constitucional 95/2016, o relator disse que a discussão orçamentária ganhou racionalidade. "Antes, o que era feito? O Congresso reestimava as receitas para aumentar as despesas. Produzia, desta forma, um Orçamento fictício", observou. "Agora, com o teto de gastos, não é mais possível fazer isso, pois, mesmo se as receitas forem reestimadas, a despesa tem um limite."

Domingos Neto defendeu que não haja limite para as emendas de bancada estadual. "É um papel legítimo dos parlamentares brigar por recursos para os seus Estados e os seus municípios", afirmou. "O papel decisório das bancadas mudou. Elas passarão a participar de forma mais ativa, mais forte na solução dos problemas dos seus Estados", avaliou.

Outra decorrência do Orçamento impositivo, na opinião do relator, é que o governo não poderá mais cortar despesas por decreto. "Todas as mudanças orçamentárias terão que ser feitas por meio de projetos de lei submetidos ao Congresso Nacional", avisou.

O relator disse também ao **Valor** que vai perguntar ao ministro Paulo Guedes por que o fundo para custear as eleições municipais de 2020 ficou em apenas R\$ 2,54 bilhões. "Quero um esclarecimento sobre esse valor, pois não sei como se chegou a ele", observou. Para ele, o valor é insuficiente para financiar as campanhas no próximo ano.

"As eleições municipais são muito dispendiosas, pois serão realizadas em mais de 5,5 mil municípios, com milhares de candidatos a vereador e a prefeito", argumentou. "Foi o Supremo Tribunal Federal que acabou com as contribuições privadas às campanhas, não foi o Congresso. Essa foi uma reforma feita pelo Supremo. Se não tem dinheiro privado, tem que ter financiamento público", afirmou. Na discussão em torno do projeto de lei de diretrizes orçamentárias (PLDO), que está para ser votado pelo Congresso, o relator Cacá Leão (PP-BA) trabalhou com a previsão de que o fundo para as eleições municipais ficaria em torno de R\$ 3,7 bilhões.

O relator justificou sua posição contrária à flexibilização do teto de gastos com o argumento de que qualquer tipo de flexibilização abre espaço para a completa inviabilização do próprio teto. "A mudança transmite a mensagem que poderão se abrir exceções sempre que precisar, o que será o fim do teto", afirmou.

Veículo: O Globo	Online
Data: 05/09/2019	Coluna: Economia

O GLOBO

Governo planeja nova redução de ministérios

Governo planeja cortar Turismo, Direitos Humanos e Desenvolvimento Regional

O governo desenha uma nova reforma administrativa que prevê mais uma redução no número de ministérios até o fim do ano. O projeto, conduzido pela Secretaria de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, e que já está sendo acompanhado pela Casa Civil, planeja a fusão de seis pastas para que se tornem apenas três. O Ministério do Meio Ambiente se fundiria com o do Turismo; o mesmo ocorreria entre o da Cidadania e o de Direitos Humanos; e entre o da Infraestrutura e o do Desenvolvimento Regional. Também está em estudo a redução do número de secretarias e órgãos ligados à Presidência da República e que têm status de ministério, como é o caso da Secretaria-Geral, da Secretaria de Governo e do Gabinete de Segurança Institucional (GSI).

O ministro Paulo Guedes não esconde desde a campanha eleitoral que seu desejo seria que o governo tivesse

15 ministérios —atualmente, são 22.

Fontes ouvidas pelo GLOBO e que acompanham as discussões afirmam que as mudanças deverão ser enviadas ao Congresso por meio de Medida Provisória (MP). Há expectativa por parte do ministro da Economia de que a MP seja enviada até outubro. O governo aprovou no Congresso em maio uma MP de reforma administrativa, mas a avaliação é que isso não impediria novas mudanças.

REFORMA MAIS AMPLA

A proposta é que a estrutura do Ministério do Meio Ambiente, comandado por Ricardo Salles, incorpore a pasta do Turismo, inclusive por já manter uma secretaria de Ecoturismo. A tendência é que Marcelo Álvaro Antônio (PSL-MG), envolvido no escândalo das candidaturas laranja que colaborou para a queda de Gustavo Bebianno da Secretaria-Geral, perca o status de ministro. No caso das demais pastas, o Ministério da Infraestrutura deve receber as atribuições da pasta de Desenvolvimento Regional, e o Ministério da Cidadania, as dos Direitos Humanos. O plano de reorganização da Esplanada, no entanto, não determina qual ministro ficaria à frente das novas pastas.

Os cortes ministeriais estão inseridos num projeto maior de reforma administrativa do Estado que é confeccionado no Ministério Economia. Um decreto deverá ser editado nas próximas semanas para estabelecer os parâmetros de um plano de eficiência que inclui a racionalização de funções e gastos.

Também está na mesa, no âmbito da reforma administrativa, o plano de nova Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que altera as regras de estabilidade para servidores públicos. Contudo, não há consenso, no ministério, sobre acabar com a estabilidade de servidores da ativa ou apenas com a de novos concursados.

O ministro Paulo Guedes já afirmou, em junho, não vislumbrar a demissão de servidores da ativa. Em comissão da Câmara, o ministro afirmou que não teria de demitir servidores públicos para “desinchar a máquina pública” porque 40% dos funcionários públicos deverão se aposentar nos próximos cinco anos, segundo as contas da pasta.

— Não precisa demitir. Só desacelerar as entradas que esse excesso vai embora — disse o ministro.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), também tem afirmado que dará prioridade para o tema da reforma administrativa quando a proposta chegar à Casa. — Para mim, (a reforma administrativa) é prioridade número um. Sem reduzir o tamanho do Estado, não se reduz carga tributária — afirmou o deputado, após participar de um almoço da Associação Brasileira de Relações Institucionais em um restaurante do Rio.

Procurado pelo GLOBO, o Ministério da Economia afirmou que “prepara uma proposta de transformação do Estado que inclui estratégia, estrutura e pessoas, com foco na prestação de serviços de qualidade ao cidadão”. Segundo a nota, “não há decisão sobre modelos, instrumentos ou unidades que serão unificadas ou extintas”.

A pasta ainda afirmou que, “desde a transição, a equipe técnica vem elaborando alternativas para melhorar qualidade dos serviços públicos e otimizar o funcionamento da máquina”. O ministério disse ainda que “alguns estudos mais antigos foram resgatados e outros novos foram desenhados” e que ainda não há uma proposta “validada pelo governo”.

Veículo: Política Livre	
Data: 05/09/2019	Caderno: Economia

Raul Monteiro
POLÍTICALIVRE
A POLÍTICA LEVADA A SÉRIO

FGTS e PIS injetarão R\$ 13 bi em varejo e serviços



Os trabalhadores brasileiros gastarão R\$ 9,6 bilhões dos saques liberados do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do PIS/Pasep em compras no comércio varejista, além de outros R\$ 3,5 bilhões no consumo de serviços prestados às famílias, como alimentação fora de casa e hospedagem. Os cálculos são da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), obtidos com exclusividade pelo Estadão/Broadcast.

A liberação dos recursos extraordinários – os saques do FGTS começam na semana que vem – aumentará em 50% a taxa de crescimento do Consumo das Famílias no Produto Interno Bruto (PIB) do quarto trimestre, em comparação ao trimestre imediatamente anterior. Sem os recursos extraordinários liberados pelo governo, a estimativa da CNC para o consumo era de alta de 0,6%. Com a renda extra, a CNC prevê agora um avanço de 0,9% no consumo das famílias no último trimestre do ano.

Estadão

EDITAL Objetivo é buscar empresas inovadoras que desenvolvam projetos tecnológicos na área de atuação da empresa

Petrobras seleciona startups para projetos

LUCIANO NASCIMENTO
Agência Brasil

A Petrobras lançou ontem edital com chamada de projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) voltada para startups e pequenas empresas inovadoras. O edital prevê o financiamento de até dez projetos, em seis diferentes áreas, com valores que vão de R\$ 500 mil a R\$ 1,5 milhão, totalizando R\$ 10 milhões nessa etapa.

O edital funciona por meio de "desafios" propostos pela Petrobras para a criação de produtos, veículos ou softwares, em áreas como robótica, inteligência artificial, armazenamento de energia, captação e utilização de CO₂, entre outros. As inscrições podem ser feitas até 22 de setembro no site do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Os participantes terão até dois anos para desenvolver seus projetos.

"A empresa vai ter até 24 meses para desenvolver o projeto. Mas, se ela achar que pode fazer em menos tempo, não tem problema. Ela apresenta a proposta com o



Estatal busca estimular pesquisas que gerem maturidade tecnológica e ganho de escala na atividade-fim

As inscrições das empresas podem ser feitas até 22 de setembro, no site do Sebrae

programa definido. Se achar factível fazer em 12 meses, se tem uma boa ideia que traga valor para a gente, para a empresa e que seja factível, pode concorrer sem problema nenhum", disse à Agência Brasil o engenheiro da Petrobras e líder do projeto Ricardo Ramos.

O resultado da primeira

etapa está previsto para sair em meados de outubro. Serão avaliados o impacto da solução proposta para o negócio da Petrobras, a consistência e a viabilidade do projeto, incluindo facilidade de implantação da solução, capacidade técnica da equipe, grau de inovação, nível de maturidade tecnoló-

gica e potencial de ganho de escala.

"Foram colocados alguns desafios mais fortes, pois a gente tem uma noção de que há muitas empresas capazes de desenvolver [as soluções], que já têm um certo grau de maturidade, mas ainda não é a solução pronta. Assim como há outros que são até

mais desafiadores em termos de maturidade, mas podem estar em uma maturidade mais baixa [para ser resolvidos no espaço de tempo]", disse Ramos.

Desafios

Entre os "desafios" estão a criação de um pequeno submarino de baixo custo autônomo ou controlado remotamente para ajudar em atividades de inspeção submarina, o desenvolvimento de software para aumentar a eficiência de armazenamento da energia produzida a partir de fonte solar ou eólica e até um sistema para gerenciamento de imagens imersivas (fotos e vídeos 360°) e navegação interativa (street view) para auxiliar no planejamento e de intervenções em plataformas.

"A gente tem oportunidade de selecionar tanto projetos que já estão na cara do gol e que precisam só de um desenvolvimento final, quanto aqueles que estão na escala de laboratório e precisam ser levados ainda a uma escala de protótipo. Se ele tiver potencial, é visto como meio para a gente ter um projeto que eleve a maturidade da tecnologia".